

ctt correios  
TAXA PAGA  
PORTUGAL  
CONTRATO 37768

PUBLICAÇÕES  
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR  
EM INVÓLUCRO FECHADO  
EM PLÁSTICO  
DIANTE DO  
PODE ABRI-SE PARA  
VERIFICAÇÃO POSTAL.

# 18 Novembro



FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3  
1070-128 LISBOA

**Todos na *GREVE***  
**Todos na *MANIFESTAÇÃO***  
**15h00, Lisboa**

# JORNAL DA FENPROF

Federação Nacional dos Professores  
Director: Paulo Sucena | nº 204 | Novembro 2005 | 0,50 Euros



JF em Córdova:  
Fórum Ibérico por uma  
educação emancipadora

Pág. 18



PROFESSORES EXIGEM RESPEITO . CONTRA A IMPOSIÇÃO, PELA NEGOCIAÇÃO  
BASTA DE OFENDER OS PROFESSORES PORTUGUESES

**18 DE NOVEMBRO** 2005  
**MANIFESTAÇÃO**

LISBOA . 15H00

Ao cimo do Parque Eduardo VII  
(junto ao monumento do Cargaleiro)





### Propriedade, Redacção e Administração

Federação Nacional dos Professores  
Rua Fialho de Almeida, 3  
1070-128 LISBOA  
Tels.: 213819190 - Fax: 213819198  
E-mail: fenprof@fenprof.pt  
Home page: <http://www.fenprof.pt>

Director: Paulo Sucena

Chefe de Redacção: Luís Lobo

Conselho de Redacção: António Avelãs e Manuel Grilo (SPGL), António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Nélio de Sousa (SPM), Luís Lobo (SPRC), Manuel Nobre (SPZS)

Coordenação: José Paulo Oliveira  
[jppo@sapo.pt](mailto:jppo@sapo.pt) | [josepaulooliveira@oninet.pt](mailto:josepaulooliveira@oninet.pt)

Paginação e Grafismo: Tiago Madeira

Composição: Idalina Martins e Lina Reis

Revisão: Inês Carvalho

Impressão: SOCTIP - Sociedade Tipográfica, S.A.  
Estrada Nacional, nº 10, km 108.3 - Porto Alto  
2135-114 Samora Correia  
Tiragem média: 68 000 ex.  
Depósito Legal: 3062/88  
ICS 109940

O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redacção reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA  
R. Fialho de Almeida, 3 - 1070-128 Lisboa  
Tel.: 213819100 - Fax: 213819199  
E-mail: [spgl@spgl.pt](mailto:spgl@spgl.pt)  
Home page: [www.spgl.pt](http://www.spgl.pt)

SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE  
Edif. Cristal Park  
R. D. Manuel II, 51-3º - 4050-345 Porto  
Tel.: 226070500 - Fax: 226070595  
E-mail: [geral@spn.pt](mailto:geral@spn.pt)  
Home page: [www.spn.pt](http://www.spn.pt)

SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO CENTRO  
R. Lourenço Almeida de Azevedo, 20  
3000-250 Coimbra  
Tel.: 239851660 - Fax: 239851666  
E-mail: [sprc@mail.telepac.pt](mailto:sprc@mail.telepac.pt)  
Home page: [www.sprc.pt](http://www.sprc.pt)

SINDICATO DOS PROFESSORES DA ZONA SUL  
Av. Condes de Vil'Alva, 257  
7000-868 Évora  
Tel.: 266758270 - Fax: 266758274  
E-mail: [spzs.evora@mail.telepac.pt](mailto:spzs.evora@mail.telepac.pt)

SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO AÇORES  
R. João Francisco de Sousa, 46  
9500-187 Ponta Delgada - S. Miguel  
Tel.: 296205960 - Fax: 296629498  
Home page: [www.spra.pt](http://www.spra.pt)

SINDICATO DOS PROFESSORES DA MADEIRA  
Edifício Elias Garcia, R. Elias Garcia,  
Bloco V-1º A - 9054-525 Funchal  
Tel.: 291206360 - Fax: 291206369  
E-mail: [spm@netmadeira.com](mailto:spm@netmadeira.com)  
Home page: [www.smembers.netmadeira.com/spm/spm](http://www.smembers.netmadeira.com/spm/spm)

SINDICATO DOS PROFESSORES NO ESTRANGEIRO  
Sede Social: Rua Fialho de Almeida, 3  
1070-128 Lisboa  
Tel.: 213833737 - Fax: 213865096  
E-mail: [spefenprof@hotmail.com](mailto:spefenprof@hotmail.com)

# Recuso ser um funcionário apagado e triste

(...) Sou um funcionário apagado um funcionário triste a minha alma não acompanha a minha mão

(...) Sou um funcionário cansado dum dia exemplar Por que não me sinto orgulhoso de ter cumprido o meu dever? (...)

António Ramos Rosa  
"Poema dum Funcionário Cansado"

A funcionalização dos professores explica várias iniciativas do actual Governo, acompanhado pelos governos regionais – Açores e Madeira.

Se não colocarmos tudo em perspectiva, se não resistirmos, seguros da validade dos nossos argumentos, a docência será cada vez mais uma profissão regulamentada e burocratizada, mais técnica e rotineira, mais desqualificada, controlada e precarizada.

Perderemos parte substantiva da autonomia profissional e do espaço de criatividade.

Medidas como a intensificação (sobrecarga) do trabalho – não confundir com dedicação ou profissionalismo – não servem a situação socio-profissional dos docentes nem a qualidade da Educação.

Estão a dizer-nos que a Educação não é um investimento prioritário, apesar do Primeiro Ministro ter afirmado, em 30 de Julho último, que "os que dizem que a educação é cara não sabem o preço da ignorância". No fundo, a Educação só é prioridade enquanto adorno dos discursos.

Se Educar tem a ver com o livre pensar,

a criatividade, o crescer, o transformar, vamos deixar que nos mecanizem, instrumentalizem, nos matem aos poucos com a rotina e nos troquem os sonhos?

Queremos ser educadores ou ser reduzidos a instrutores mecânicos e descartáveis, em que a nossa "alma

não acompanha" os nossos gestos?

Saúdo os que se cansam de ser funcionários "apagados" e "tristes" e se libertam. Por eles, pelos seus sonhos e, sobretudo, pelos seus educandos. ■

**A intensificação (sobrecarga) do trabalho – não confundir com dedicação ou profissionalismo – não serve a situação socio-profissional dos docentes nem a qualidade da Educação**

### ERRATA

Recebemos do nosso leitor Ireneu Machado uma chamada de atenção para um erro que cometemos no *Duas Palavras* da última edição.

Por lapso, com o objectivo de demonstrar a maquiavélica lógica do gestor, na atribuição de um horário a um professor, escrevemos "37x45=1665:60=28+7=35", quando deveria ser "37x45=1665; 1665:60=28; 28+7=35".

Como referiu o colega Ireneu, trata-se de "um lapso muito comum", a que acrescentamos "imperdoável".

Aqui fica a correcção com o nosso pedido de desculpas e um muito obrigado.

A Redacção

**4** **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
O Mundo [de Lurdes Rodrigues] ao contrário  
*Mário Nogueira*

**6** 27 de Outubro: Ministério da Educação admite discutir e alterar aspectos que causam grande perturbação nas escolas

**7** 11 de Novembro: ME sente-se ameaçado pela luta dos professores e educadores

**8** Sindicatos dão voz à revolta dos professores: tomada de posição conjunta FENPROF - FNE - SINDEP

**12** **1º CICLO DO ENSINO BÁSICO**  
Encerramento de escolas: ME faz navegação à vista...

**15** **POLITÉCNICO**  
Ensino Superior numa encruzilhada  
*João Cunha Serra*

**19** **FÓRUM IBÉRICO EM CÓRDOVA**  
Por uma educação emancipadora  
*António Baldaia*

**24** **ACTUALIDADE**  
CGTP-IN alerta para a necessidade de "recursos que sustentem políticas sociais avançadas"  
*José Paulo Oliveira*

**29** **A PENSAR NAS ESCOLAS**

- Iniciativas do Serviço Educativo do Teatro Viriato em Viseu
- "Levar a Casa da Música às escolas"

**30** **AGENDA CULTURAL**  
Não fique em casa!



## Conselho Nacional da FENPROF

Conselho Nacional exige que a ministra suspenda a aplicação dos despachos sobre os horários e aceite negociar o seu conteúdo.



## 20 de Outubro 2005: Administração Pública e Professores nas ruas de Lisboa

Um protesto imenso, envolvendo cerca de 40.000 pessoas oriundas de todas as regiões do País e em representação dos diferentes serviços do Estado, atravessou Lisboa, e, do Marquês de Pombal ao Palácio de São Bento, mostrou aos governantes e aos outros políticos, aos deputados e à sociedade portuguesa que não aceitam de braços cruzados uma onda destruidora de direitos e um ataque sem paralelo às funções sociais do Estado

# O Mundo [de Lurdes Rodrigues] ao contrário

■ Mário Nogueira (Coordenador do SPRC e membro do Secretariado Nacional da FENPROF)

A ministra da Educação não está preocupada com o descontentamento dos professores porque, segundo afirma, necessita de tomar decisões e aprovar medidas que são boas para as escolas e para melhorar os resultados do nosso sistema educativo e isso, diz, deixa os professores descontentes.

A ministra da Educação não quer saber se a colocação de professores, em escolas muito distantes das suas residências e famílias é, ou não, factor de estabilidade. Quer fixar os professores à força recorrendo, espante-se, a desincentivos!

**A** ministra da Educação revela incompreensão pela marcação da Greve convocada pela FENPROF, FNE e SINDEP, num momento em que, segundo afirma, estão a decorrer negociações. É claro que para a ministra, o fundamental, que é a decisão política, é inegociável (colocações plurianuais obrigatórias; regulamentação da componente não lectiva; aumento da idade de reforma para os 65 anos...). A negociação centrar-se-ia nos aspectos técnicos de aplicação das medidas, não cabendo aos Sindicatos intervir nas designadas linhas essenciais de decisão política.

Não restam dúvidas: Lurdes Rodrigues vê o mundo ao contrário. Quais incentivos para envolver e empenhar os professores e fixá-los!... penalizem-se os que entendam que o equilíbrio e a estabilidade emocional são também factor de estabilidade profissional! Qual negociação política, negociar



é ouvir os Sindicatos nos pormenores – ouvir, o que não significa, contudo, ter em conta – mas sem lhes dar a confiança de intervir nas grandes decisões, apesar de o Estatuto da Carreira Docente reconhecer como direitos profissionais o “direito de participação no processo educativo” e o “direito à negociação colectiva” – artigos 4.º, 5.º e 9.º do Decreto-Lei número 1/98, de 2 de Janeiro.

Por fim, o descontentamento dos professores que, refere, resulta da tomada de medidas pelo Governo. A ministra não sabe mas deve informar-se que os professores são quem, desde sempre, mais defendeu e respeitou a escola e os seus alunos. São os professores que nos momentos maus, como o actual, mantêm as escolas a funcionar e dedicam aos alunos a atenção que merecem e de que carecem.

Ao contrário do que afirma e pensa a ministra, a generalidade dos professores gosta da profissão e empenha-se profissionalmente, pelo que ficam satisfeitos com todas as medidas que contribuam para que a escola funcione melhor, o ensino tenha mais qualidade e o exercício profissional docente seja valorizado e ganhe estabilidade.

Por essa razão, quem está errado não são os professores com a sua insatisfação, é a ministra e são os seus secretários de estado impondo medidas que reduzem a escola a local de guarda e não a valorizam enquanto espaço pedagógico; é a ministra e são os seus secretários de estado com a sua demagogia e o seu profundo desrespeito pelos professores e, dessa forma, pelos alunos e pela escola pública portuguesa.

## Três notas finais:

**1.** A ministra incomoda-se com as opiniões sobre os responsáveis do M.E. que considera, por norma, ligeiras. Contente-se com isso, senhora ministra. Ficaria decerto muito mais incomodada se soubesse o que nos vai cá no fundo.

**2.** Responsáveis do M.E. afirmaram, em recente reunião com conselhos executivos, que os Sindicatos acusaram os órgãos de gestão das escolas de aplicarem mal os novos normativos e assim inviabilizarem a concretização das medidas do governo. É mentira! Na verdade o ME pretendia saber onde se verificavam irregularidades, mas a FENPROF recusou fazer-lhe esse serviço, o que foi considerado como falta de vontade para resolver os problemas. Como é evidente, os dirigentes da FENPROF não denunciam os seus colegas da gestão, procuram solucionar os problemas caso a caso.

**3.** Dia 18 de Novembro há Greve Nacional e Manifestação Nacional de Professores e Educadores contra as medidas do Governo e com as seguintes consignas: “Professores exigem respeito!”, “Pela negociação, contra a imposição!” e “Basta de ofender os Professores!”. Nunca os professores e educadores portugueses foram tão brutalmente atacados como hoje. Nunca aos professores e educadores portugueses foram retirados tantos direitos e tão abastardadas as suas funções. Nunca nenhum Governo os enxovalhou tanto. ■

**Dia 18 há Greve e Manifestação!  
É preciso que todos adiram!**



# Cuidar de nós para melhor cuidar dos outros

O vento suão, *que enche o sono de pavores, faz febre, esfarela os ossos, dói nos peitos sufocados* (perdoe-me o Régio se a citação de memória não estiver totalmente correcta), quando sopra da 5 de Outubro destrói a Educação.

Maldito vento suão!

**O**s governantes do Ministério da Educação têm-no feito soprar com uma violência tão inaudita que o tornaram numa espécie de tsunami que varre as nossas escolas, agride os professores e educadores, caustica gravemente os alunos.

Daqui dizemos, em nome dos docentes, dos discentes, dos pais e encarregados de educação que almejam um ensino de qualidade nas escolas públicas portuguesas, NÃO mais este vento suão.

E sabemos que este apelo é subscrito pela sociedade porque não é por acaso que os portugueses exigem que o ministro que deve sair em primeiro lugar numa eventual remodelação governamental é precisamente a ministra Maria de Lurdes Rodrigues, porventura bem intencionada governante, dotada de reais faculdades de inteligência, mas usando-a, lamentavelmente, sobre uma realidade abstracta e de um modo preconcebido – os professores são os verdugos do sistema educativo, fonte e foz de todos os males que afligem a educação.

É esta realidade, eivada de injustiças, que tão agressiva está a ser para os professores e tão tragicamente põe em causa este ano lectivo – dois meses bastaram para que os portugueses fizessem descer a pique a avaliação da Ministra da Educação –, que é necessário transformar radicalmente. É esse o grande desígnio da luta dos educadores e professores.

Reverter a situação criada na Educação por este Governo é essencial à construção do futuro de todos nós. Não é possível admitir que os governantes do Ministério da Educação continuem a esventrar e a expropriar a identidade profissional dos docentes. Só uma ignara visão do território educativo pode explicar que alguém pense que é possível construir uma escola de qualidade apagando a identidade profissional dos professores e abastardando a profissão docente.

Todos sabemos que a realidade só se altera se a correlação de forças se alterar previamente. É assim que a greve de 18 de Novembro e a manifestação nacional desse mesmo dia se agigantam na luta complexa e prolongada que temos de travar até conseguirmos recolocar a educação nos caminhos que levam os alunos ao sucesso educativo e permitem o justo êxito profissional dos professores.

Não lutar agora é comprometer irremediavelmente o futuro, por isso temos a profunda certeza de que nenhum(a) colega ficará indiferente à luta do próximo dia 18.

Até dia 18, Colegas! Só uma grande greve e uma grande manifestação podem ajudar a alterar a correlação de forças. Sem essa alteração, cada dia que passa será pior do que o anterior.

Força Colegas! O futuro mantém-se vivo nas nossas mãos! ■



## Reunião no ME em 27 de Outubro

# FENPROF apresenta propostas e exige verdadeira abertura de diálogo e negociação

Em reunião realizada no dia 27 de Outubro, no Ministério da Educação, com a presença da ministra e dos dois secretários de estado, a FENPROF conseguiu o compromisso da equipa ministerial de, no breve prazo, serem reapreciados os despachos causadores de grande parte da perturbação que hoje se vive nas escolas portuguesas – Despacho 16795/2005, de 3 de Agosto (sobre prolongamentos no 1º Ciclo) e Despacho 17387/2005, de 12 de Agosto (organização dos horários e substituições de professores) – tendo, para esse efeito, sido marcada nova reunião para o dia 11 de Novembro.

**A** FENPROF, uma vez mais, propôs a suspensão dos despachos com vista à avaliação da situação vivida pelas escolas onde os abusos, irregularidades e ilegalidades, provocados não apenas pelos novos diplomas, mas pelas imposições da administração educativa nas regiões, estão a provocar uma onda de descontentamento entre os professores e grandes tensões entre estes e os órgãos de gestão.

O M.E. recusou reconhecer a perturbação existente nas escolas, avaliando positivamente a aplicação da legislação, embora tivesse sido obrigado a reconhecer a insatisfação que grassa na classe docente disponibilizando-se a reapreciar os dois diplomas em causa, razão pela qual solicitou à FENPROF a entrega de propostas concretas com vista à sua revisão.

Na reunião agendada para dia 11 (com esta edição do JF já nas máquinas), a FENPROF terá entregue as suas propostas, não só sobre aquelas matérias, mas também referentes a aspectos relacionados com o exercício da actividade profissional docente, designadamente nos últimos anos dessa actividade.

O Ministério da Educação dará a conhecer na reunião as suas posições de princípio quanto a alterações ao regime de concursos, aplicáveis já no próximo dia 11 em Janeiro. A FENPROF, entretanto, deu já a conhecer que relativamente a eventuais colocações plurianuais, discordará de quaisquer mecanismos que sejam impeditivos dos professores tentarem anualmente, como é legítimo, aproximar-se das suas famílias. Para a FENPROF, a estabilidade do corpo docente nas escolas deve ser conseguido através da valorização dos respectivos quadros e de incentivos que,

embora previstos na lei desde há 15 anos nunca foram regulamentados. Foi, pois, rejeitada a ideia que tem sido veiculada pelos responsáveis do ME de que a estabilidade poderá ser obtida recorrendo a constrangimentos, desincentivos, penalizações ou impedimento de apresentação de candidatura.

Para a FENPROF a actual situação de bloqueio negocial não se altera por ter sido marcada mais uma reunião, a quinta desde o início do presente ano escolar. O conteúdo dessa reunião, a capacidade de diálogo que os responsáveis ministeriais vierem a revelar e a sua disponibilidade para alterar medidas que desvalorizam o conteúdo funcional da profissão docente e põem em causa o bom funcionamento das escolas

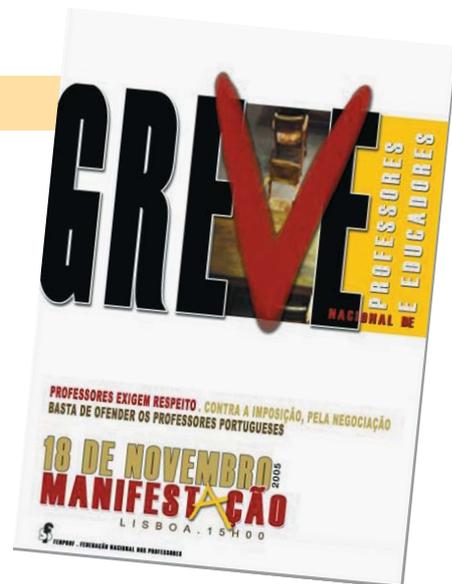


poderá ser um sinal importante quanto a uma eventual inversão de atitude e comportamento que se têm pautado pelo confronto com os professores e pelo autoritarismo na tomada e concretização das decisões.

A FENPROF reuniu, entretanto, o seu Conselho Nacional nos passados dias 3 e 4 de Novembro. Aprovou nessa reunião do seu órgão máximo entre Congressos as linhas de intervenção e acção reivindicativa, que incluirão as posições negociais a apresentar ao ME, mas também o plano de acções e de luta que, com autonomia ou em convergência com outras organizações sindicais, serão desenvolvidas com vista a reforçar as posições sindicais junto da tutela. ■

Ministra marca reunião para dia 11 de Novembro

# ME sente-se ameaçado pela luta dos professores e educadores



Na reunião de 27 de Outubro, o Ministério da Educação não escapou às críticas de falta de respeito pelo diálogo institucional e de não promover, no quadro da legalidade instituída para a negociação colectiva, o debate e a procura de consensos políticos que garantam a sustentabilidade das medidas a aplicar à educação.

**A** Para a FENPROF as declarações proferidas pela ministra em entrevista ao jornal Público são muito graves e antecipam um confronto que é inevitável entre professores e governo. Nessa entrevista, para além de tecer um conjunto de considerações sobre medidas que carecem de negociação mas que, contudo, não integram qualquer projecto do ME, Maria de Lurdes Rodrigues acusou a FENPROF de denunciar a existência de graves irregularidades e ilegalidades cometidas contra as escolas e os professores sem que contudo indique os casos em que essas irregularidades estão a ser cometidas. Nada mais falso. Em reunião realizada no dia 12 de Outubro, a Federação, de facto, não denunciou conselhos executivos nem o faria, mas fez questão de apresentar ao ME o conjunto de aspectos sobre os quais deverá haver mais controlo, nomeadamente por parte da IGE e que devem ser, consequentemente, corrigidos. Para além disso, também nessa reunião, a FENPROF reafirmou a necessidade urgente de se proceder à resolução de problemas existentes em alguns grupos profissionais como são os que envolvem professores de técnicas especiais e vinculados de habilitação suficiente ou os que estão relacionados com o acesso à profissionalização dos titulares de habilitação própria.

As inúmeras situações de bloqueio do funcionamento das escolas e a não razoabilidade das medidas tomadas em relação aos horários dos professores, para além da aprovação, à revelia de qualquer processo

negocial sério, de aspectos que revêem o estatuto da carreira docente, foram colocados como assuntos sobre os quais existe um forte descontentamento nas escolas. Daí a marcação da Greve e da Manifestação Nacional. O Ministério da



Educação, como é óbvio, não reconhece a existência de razões para a sua convocação.

Lurdes Rodrigues foi ameaçando, ainda, com medidas para combater o que designa por 30% de excedentários no 1.º ciclo do

ensino básico, o excesso de faltas numa profissão de mulheres; manifestou o desejo de encerramento de centenas de escolas e de alargamento do horário de trabalho dos professores, de rever a gestão das escolas, de rever o regime de concursos, novamente, a pensar na fixação de docentes (como referia na entrevista ao Público, "através de desincentivos"), para durante a conversa fazer uma série de acusações aos professores como a de não aproveitarem devidamente as escolas enquanto espaços de trabalho.

A falta de cultura democrática da equipa do ministério da Educação e o facto de lidarem mal com a contestação e o protesto, são as suas principais marcas de água. A FENPROF, porém, não deixou nada por dizer. Apesar do clima de confronto e intolerância, ficou marcada nova reunião para 11 de Novembro com os seguintes objectivos:

- Despachos 16795 e 17387, com vista à introdução de melhorias. A FENPROF apresentará propostas concretas;
- Exercício da profissão docente entre os 60 e os 65 anos de idade;
- Apresentação de ideias para alterações pequenas ao diploma dos concursos.

Neste contexto de preparação para a Greve e a Manifestação a pressão pode estar a ter os seus efeitos. São, por isso, motivos acrescidos para a manutenção destas formas de luta, sendo então, necessário que o ME passe das palavras aos actos para avaliarmos das verdadeiras intenções.

# Sindicatos dão voz à revolta dos professores



Em conferência de imprensa conjunta realizada em Lisboa, ao fim da tarde de 26 de Outubro, a FENPROF, a FNE e o SINDEP anunciaram a realização de uma greve nacional dos educadores e professores no próximo dia 18 de Novembro. No dia da paralisação decorrerá na capital uma manifestação nacional de docentes.

“A manter-se a atitude do Ministério da Educação, não resta outra alternativa”, como foi sublinhado no encontro com os profissionais da comunicação social.

“Estamos prontos para negociar tudo o que seja útil para melhorar o sistema educativo português”, mas há que dizer Basta! a “uma ofensiva destruidora”, sem paralelo na história da democracia portuguesa, realçaram Paulo Sucena, João Dias da Silva e Carlos Chagas (na foto), secretários-gerais da FENPROF, FNE e SINDEP, respectivamente.

A jornada de 18 de Novembro, que as três organizações começaram a preparar desde logo, mostrará a força e a unidade da classe docente em defesa dos legítimos direitos sociais e profissionais, que o Governo tem vindo progressivamente a liquidar.

Será ainda um forte protesto contra a permanente degradação da imagem social e do perfil profissional dos professores provocada pelo poder político na sua ânsia de criar um clima favorável na opinião pública a todo o tipo de ataques que, no plano concreto, já hoje se traduzem em situações de evidente abuso e de ilegalidade declarada que estão a merecer nas escolas uma forte contestação da parte dos professores e educadores.

Em 18 de Novembro, os docentes portugueses contarão também com a solidariedade activa da Internacional de Educação (estarão em Portugal representantes da maior organização sindical de professores a nível mundial) e de outras estruturas e organizações nacionais e internacionais.



## 1.

O Governo e o Ministério da Educação têm orientado a sua acção por uma obediência cega aos ditames do Pacto de Estabilidade e Crescimento, sacrificando tudo o que não seja um combate directo ao défice.

O único caminho, no entender do Governo, capaz de salvar a país.

Mas as questões do país não se resumem às questões do orçamento.

O país somos todos nós, incluindo os trabalhadores do sector público e privado sobre os quais caem as mais iníquas, ilegítimas e brutais medidas do Governo, castradoras de direitos arduamente por si conquistados.

A verdade é que nenhum país pode ser salvo por um Governo que precariza o emprego, estrangula os direitos dos trabalhadores, asfixia a vida de suas famílias e por isso mesmo retira aos seus filhos a esperança de um futuro melhor.

## 2.

As medidas estritamente economicistas do Governo têm vindo a prejudicar seriamente a totalidade dos trabalhadores da Administração Pública e nomeadamente os educadores e professores dos ensinos básico e secundário.

Na ausência de qualquer processo negocial digno desse nome, têm sido tomadas medidas que visam degradar acintosamente o estatuto de carreira dos educadores e professores dos ensinos básico e secundário e o cerne da sua profissionalidade.

Entretanto os docentes do ensino superior estão há largos meses sem novas nem mandados do Ministério da tutela.

## 3.

Perante o desencanto, a revolta e a indignação que grassa na classe docente a FENPROF, a FNE e o SINDEP, as únicas organizações sindicais portuguesas filiadas na Internacional de Educação, acordaram em tornar pública a sua decisão de, em convergência na acção, responderem firmemente à mais rude e violenta ofensiva jamais desencadeada no Portugal demo-



crático contra a dignidade profissional dos professores, a qualidade do ensino e o sucesso educativo dos alunos.

#### 4.

Este Governo está a pôr em risco o futuro do país, ao deixar, quotidianamente, degradar-se a vida das escolas por medidas autoritárias, predominantemente burocráticas e demagógicas.

Os professores, sentindo os perigos que a escola portuguesa está a correr e o desrespeito permanente pelos seus profissionais desejam que os sindicatos tudo façam para que toda a classe docente se levante num imenso protesto com o objectivo de reverter uma política educativa que sobranceira e arrogantemente se encaminha para um abismo para onde arrastará, como vítimas, os alunos que são aqueles a quem os professores dedicam, científica, pedagógica e humanamente, o melhor de si.

#### 5.

Os professores estão entre os primeiros interessados numa escola de qualidade.

Só numa escola de qualidade, em que sejam tomadas medidas sérias de promoção do sucesso educativo para todos é que os

professores, os educadores e outros profissionais de educação podem encontrar um espaço de realização pessoal e profissional.

#### 6.

Nesta situação extraordinariamente preocupante, as três organizações signatárias apelam a todos os educadores e professores, sindicalizados numa qualquer organização sindical, não sindicalizados, associados em sociedades científicas ou associações profissionais e também em movimentos e estruturas de natureza pedagógica, no sentido de apoiarem e participarem nas iniciativas que se vierem a concretizar.

#### 7.

Não está só em causa a ilegalidade da não contagem do tempo de serviço, do congelamento da progressão na carreira, do agravamento das regras da aposentação mas também, e relevantemente, o perfil profissional dos docentes sujeito a uma constante degradação provocada pelo poder político a qual começa a atingir tais dimensões que é a nossa própria identidade que está em risco de se degradar, de forma que pode vir a ser irreversível.

#### 8.

Atendendo à complexidade da conjun-

tura sócio-profissional vivida por todos os docentes, a FENPROF, a FNE e o SINDEP decidiram prosseguir o diálogo com vista a uma permanente avaliação da situação político-sindical e das condições objectivas e subjectivas existentes na comunidade educativa, de modo a concretizar durante o mês de Novembro, as formas de luta mais adequadas, incluindo a realização de uma greve nacional, para demonstrar ao país e ao Governo o profundo descontentamento da classe docente e a sua determinação e vontade de lutar pela reconquista de direitos consagrados no ECD que este Governo de forma prepotente tem vindo a liquidar.

Esta será a inexorável resposta dos professores portugueses se o Governo e o Ministério da Educação não corrigirem de forma inequívoca as orientações da sua política face às escolas e aos professores. ■

Lisboa, 18 de Outubro de 2005





## Conselho Nacional amplifica críticas à ministra e à sua política

# Toda a força na Greve e na Manifestação

O Conselho Nacional da FENPROF realizou nos dias 3 e 4 de Novembro a sua reunião plenária para fazer um debate aberto sobre a actual situação na área da educação. A reunião magna entre congressos não só considerou a atitude de Maria de Lurdes Rodrigues como das mais negativas de que há memória, como entendeu apelar a todos os professores, educadores e investigadores que adoptem o dia 18 de Novembro como uma jornada de luta muito importante para a continuação da luta por uma Escola Pública Democrática, de Qualidade e para Todos.

**N**a verdade, quer no plano da administração pública com o congelamento das progressões, o roubo de ano e meio do tempo de serviço e a alteração das regras de aposentação (aos 65 anos de idade e 40 anos de serviço e com um cálculo da pensão tremendamente penalizador, sobretudo para os trabalhadores de mais baixos rendimentos), quer no caso específico da Educação com as mudanças em matéria de horários e de funcionamento das escolas e jardins de infância, este governo caiu definitivamente no descrédito dos docentes portugueses.

O Conselho Nacional considerou, também, que não será só o conteúdo das propostas que está em causa, mas também o método de toda a equipa do Ministério para abordar as mudanças que considera necessárias. Estas, para além de se terem revelado catastróficas para as escolas e para a organização do trabalho dos professores



**Conselho Nacional exige que a ministra suspenda a aplicação dos despachos sobre os horários e aceite negociar o seu conteúdo**

e educadores, não foram negociadas, revelam um profundo desconhecimento da realidade do país e dos estabelecimentos de educação e do ensino e raíam, por vezes, um amorismo deprimente.

As alterações ao conteúdo funcional dos docentes e a consideração dos professores e educadores como "pau para toda a colher", sendo a sua imagem permanentemente denegrada de forma irresponsável por Lurdes Rodrigues, Jorge Pedreira e Valter Lemos, estão entre as razões primeiras do descontentamento dos professores.

O Conselho Nacional reforçou a ideia da Federação de que é preciso lutarmos pelo respeito que merecemos, por uma profissão digna que dignifique também o nosso povo e o país e pelo inalienável direito democrático à negociação verdadeira e limpa. Este Conselho recusa

quaisquer simulacros de negociação, repudiando, por isso, as atitudes que aí conduzam ou que tenha de saber das medidas que o governo pretende implementar através dos órgãos de comunicação social.

Por essa razão, o Conselho Nacional da FENPROF ratificou as lutas já aprovadas e só admite suspender esta Greve e Manifestação para 18 de Novembro caso o ME altere radicalmente, com uma atitude diametralmente oposta à que tem assumido, os seus comportamentos anti-democráticos e anti-negociais.

Aos professores apela-se que assumam também as suas responsabilidades. O sucesso do movimento sindical depende essencialmente da forma como os trabalhadores se envolvem na luta e na defesa das suas posições. ■

Reunião com Mariano Gago

# Adiamento sobre adiamento . . . . . . problemas por resolver!

**A** propósito da reunião realizada entre a FENPROF e o MCES no dia 4 de Novembro foi emitido um comunicado a partir do qual fazemos a seguinte síntese:

A FENPROF interpelou o Ministro sobre as seguintes áreas: subsídio de desemprego; criação de emprego científico, redução da precariedade, quadros e vagas por preencher; problemas dos docentes do ensino superior particular e cooperativo e qualidade deste subsistema; calendário para a revisão dos estatutos das carreiras e conteúdo negocial; regulação da rede de ensino superior público e aplicação do Processo de Bolonha; lei do Orçamento de Estado e propinas de pós-graduação exigidas a docentes.

**Subsídio de desemprego:** o Ministro voltou a comprometer-se com a aprovação de uma medida legislativa caso a Assembleia da República, até ao final da aprovação do Orçamento de Estado, não tenha essa questão resolvida.

**Criação de emprego científico:** Mariana Gago disse que iria analisar a situação e tomar medidas para reduzir as possibilidades de acumulação de docentes com actividades de ensino noutras instituições, em especial no ensino público.

**Concurso público:** Concordou com a sugestão da FENPROF de se passar de imediato a exigir um concurso público para o recrutamento de novos docentes ao nível de assistente ou de professor auxiliar, no universitário.

**Funcionamento de cursos no sector privado:** comprometeu-se a accionar os serviços de inspecção para confirmar de forma continuada os pressupostos de autorização de funcionamento dos cursos no ensino superior particular e cooperativo, designadamente, no que às habilitações do corpo docente diz respeito.

**Contratação e carreira dos docentes do ensino superior particular e cooperativo:** O Ministro apesar de reconhecer a existência de uma lacuna legislativa no que se refere à regulação destas matérias apenas prometeu

estudar o assunto.

Quadros de docentes das instituições e vagas que neles se encontram por ocupar: disse que iria rever o despacho que fixa o dimensionamento dos quadros, de modo a atender à previsível evolução da capacidade científica das instituições, e que iria actuar no sentido de que as vagas que então existissem fossem obrigatoriamente postas a concurso, sob pena de virem a ser extintas ou transferidas para outras instituições.

**Revisão dos estatutos das carreiras:** Mariano Gago volta a adiar a abertura de um processo negocial sobre esta matéria, desta vez para Fevereiro, altura em que fará a entrega aos Sindicatos de uma proposta de alterações pontuais ao ECDU.

**Estatuto de carreira dos docentes do Politécnico:** afirmou não se encontrar em condições de avançar, nos tempos mais próximos, com propostas de alteração, atendendo à situação de instabilidade em que muitas instituições deste subsector se encontram.

**Rede de Ensino Superior:** reconheceu o seu carácter caótico e os problemas de sobrevivência que afligem muitas delas. Concordou com a crítica que a FENPROF apresentou de que a exigência de provas específicas não podia deixar-se inteiramente ao arbitrio de cada escola e referiu que já se encontrava a estudar medidas para atender a este problema que, no entender da FENPROF e do Ministro, configura uma grave situação de desigualdade entre instituições, penalizando as mais exigentes.

**Financiamento:** comprometeu-se a contabilizar no próximo ano todos os alunos, incluindo os novos públicos, designadamente, os alunos inscritos em



**A FENPROF, porém, deu a sua concordância à proposta de realização de reuniões técnicas regulares entre representantes da FENPROF e do Ministério para esclarecimentos de posições e informação mútua.**

Cursos de Especialização Tecnológica, acabando este ano o actual sistema de financiamento que tem encorajado a criação de entidades anexas às instituições para desenvolver aquela actividade lectiva.

Como nota final e balanço do que foi esta reunião, verificou-se a consonância de muitas das opiniões formuladas pela FENPROF e a existência ou continuação dos compromissos, nalguns casos já afirmados com a FENPROF em outros momentos, mas nada de concreto que permita confirmar a existência de uma efectiva vontade política para resolver um conjunto muito vasto ou mesmo uma parte dos problemas para os quais a Federação exige uma resolução/intervenção urgente. ■



# Encerramento de escolas: ME faz navegação à vista...

A entrevista da Ministra da Educação, de 20 de Outubro, revela que, no que respeita ao 1º ciclo do ensino básico, não abundam, na equipa do ME, outras ideias e soluções para além das que pretendem a redução de custos, sublinha uma nota divulgada pelo Secretariado Nacional da FENPROF.

**A** Ministra da Educação dizendo que o insucesso escolar é elevado nas escolas com menos de 20 alunos avança a milagrosa solução - encerrem-se as escolas.

O confronto com a realidade quotidiana implica, do ponto de vista da FENPROF, um questionamento que não se atenha apenas à aridez dos elementos estatísticos.

1 - As escolas com menos de 20 alunos são exactamente aquelas que se situam nas regiões e localidades mais desfavorecidas económica e culturalmente, onde as taxas de escolarização das famílias são menores.

2 - Estas pequenas escolas são aquelas onde a pobreza de recursos pedagógicos e didácticos é mais evidente. São as escolas do quadro preto e do giz.

3 - Nestas localidades as turmas do 1º CEB são compostas por crianças do 1º ao 4º ano de escolaridade.

4 - Nestas escolas não há refeitório e um elevado número de crianças não tem uma alimentação adequada.

5 - Os professores colocados nestas escolas não são objecto de qualquer incentivo à sua fixação, permitindo à Ministra da Educação fazer demagogia quanto baste em torno de casos pontuais de sucessivas substituições de docentes.

Neste domínio, falta ao ME uma visão estratégica e uma ideia para a renovação do 1º CEB, assumindo uma orientação

centrada na navegação à vista e no cego corte nos custos da educação. Porém a FENPROF tem reflexões e propostas (já entregues à actual equipa do ME) construídas com os professores e a comunidade educativa em diversas acções e iniciativas desenvolvidas nos últimos anos. A FENPROF não ignora a necessidade de encerrar algumas pequenas escolas, mas entende que o critério e o número avançados pelo ME não encaixam com a realidade.

O encerramento destas escolas implica a construção de centros escolares de média dimensão que incluam, pelo menos, refeitório e espaços para ocupação de tempos livres.

Os concursos ou os projectos destes novos estabelecimentos de ensino já estão em execução?

Saberá o ME que, por exemplo, em algumas áreas dos distritos da Guarda, Viseu, Castelo Branco, Vila Real, Bragança ou no Alentejo o encerramento dos esta-



Falta ao ME uma visão estratégica e uma ideia para a renovação do 1º Ciclo do Ensino Básico

belecimentos de ensino com menos de 20 alunos, se não for acompanhado da construção de novas escolas, implica o transporte de crianças de 6 anos de idade durante uma hora de manhã e outra à tarde?

Finalmente importa dizer que esta ameaça de encerrar escolas com base em critérios economicistas já tem alguma idade e várias paternidades sem que alguma vez um Governo tenha tomado as medidas adequadas e mobilizado os recursos financeiros indispensáveis à reorganização da rede escolar no 1º CEB.

**FENPROF**  
Associação Nacional dos Professores

**www.fenprof.pt**

**Actualização diária**

FENPROF REAFIRMA O SEU EMPENHAMENTO NA LUTA POR UMA OUTRA POLÍTICA EDUCATIVA

1. O Presidente da República decidiu não dissolver a Assembleia da República e aceitar a indicação do nome do Presidente do FCD para Primeiro-Ministro de um outro Governo apoiado pela coligação política.

2. A FENPROF respeita, como não podia deixar de ser, a decisão do Presidente da República mas dela discorda profundamente e manifesta o seu profundo desagrado e o seu descontentamento com o contexto político-social.

# Rankings de escolas

## Até quando e em nome de quê?

Na véspera da divulgação da quinta edição dos rankings das escolas secundárias em Portugal, a FENPROF, em nota divulgada pelo seu Secretariado Nacional (21/10), demarcava-se, mais uma vez, dessa iniciativa e lamenta a irresponsabilidade do Ministério da Educação e de alguns órgãos de comunicação social que persistem em divulgar e utilizar de forma simplista as classificações dos alunos nos exames nacionais, ignorando que esses números têm que ser analisados à luz da diversidade de factores que influenciam a qualidade dos processos educativos.

**A** reedição destas listagens das melhores e piores escolas é tão mais inaceitável quanto faz tábua rasa dos resultados da investigação já realizada em Portugal nesta área:

O estudo "Um Olhar sobre os Rankings", editado em 2004 pelo CIPES (Centro de Investigação das Políticas do Ensino Superior, da Fundação das Universidades Portuguesas), chama a atenção para o facto de os rankings não terem em conta "um conjunto de dados fundamentais para compreender o impacto do 'efeito escola' nas aprendizagens dos alunos: a origem sócio-cultural dos alunos; a dimensão da escola, a composição do corpo docente, o grau de estabilidade do corpo docente e, por fim, a relação entre situação escolar de partida dos alunos, os objectivos de aprendizagem das escolas e os resultados conseguidos", considerando esta seriação, para divulgação pública, uma "calamidade pública".

O estudo de investigação realizado no âmbito do Programa AVES (Avaliação de Escolas com Ensino Secundário) pela Fundação Manuel Leão, recentemente divulgado, aponta para "uma forte relação entre o nível sócio-económico-cultural e o desempenho escolar dos alunos. Durante a apresentação dos resultados, os investigadores criticaram a organização de rankings das escolas, por constituírem a imagem mais 'líoifilizada e ignorante' que se pode ter sobre o que é uma escola." [Cf. JN, 20.10.2005]

Perante estas conclusões, e as notícias que dão conta do abandono da divulgação destas listagens num número crescente de países, faz sentido perguntar:

Até quando vão as escolas portuguesas estar sujeitas a esta pseudo-avaliação, que, com absoluta falta de rigor, compara o incomparável?

E quando teremos em Portugal uma avaliação das escolas ao serviço do seu desenvolvimento e que respeite as suas diferenças? ■

# no alvo



**"O número de doentes que esperam por uma cirurgia continua a subir, com os últimos dados do Ministério da Saúde a indicarem que mais de 234 mil portugueses estão nesta situação, dos quais 7.785 sem resposta nos hospitais públicos."**

*Lusa, 30/10/2005*

**"Os lucros dos quatro maiores bancos privados portugueses - Banco Espírito Santo (BES), Millennium BCP, Banco Português de Investimento (BPI) e Santander Totta - somaram no terceiro trimestre de 2005 mais de 1052 milhões de euros. Uma subida de cerca de 191 milhões de euros face aos lucros registados pelos quatro gigantes em igual período do ano anterior".**

*Correio da Manhã, 28/10/2005*

**A CGTP-IN, hoje como sempre, mostra-se disponível para discutir medidas que salvaguardem e reforcem a Segurança Social, mas deixa claro que não aceita que, em nome da sustentabilidade financeira, seja enfraquecido o direito à segurança social.**

*CGTP-IN em conferência de imprensa, 26/10/05*



# Revisão do C.C.T. para 2005/2006 retira direitos e aumenta deveres

**A** proposta apresentada pela AEEP - Associação dos Estabelecimentos do Ensino Particular retira o direito à progressão na carreira à maioria dos docentes com a introdução da avaliação do desempenho, retira o direito às diuturnidades aos trabalhadores não docentes com funções pedagógicas, reduz o subsídio de férias aos trabalhadores que auferiram outras retribuições para além da retribuição base e diuturnidades; deixa de considerar as habilitações de docentes para outras funções educativas para efeitos de posicionamento nas tabelas salariais; retira tempo de serviço docente para efeitos de progressão na carreira; permite que a entidade patronal marque unilateralmente férias aos trabalhadores nos períodos de interrupção das actividades lectivas do Natal, Carnaval ou Páscoa; permite que a entidade patronal passe um contrato de trabalho a tempo completo para tempo parcial, com redução da retribuição, sem o acordo do professor; reduz a retribuição dos trabalhadores ao actualizar as tabelas salariais em valores inferiores à taxa de inflação; aumenta o horário de trabalho dos docentes ao permitir a marcação no horário

semanal da componente não lectiva sem qualquer critério moralizador.

Infelizmente estas propostas da AEEP já tiveram o acordo de princípio do SINAP e da FNE, entregando às entidades patronais direitos que os docentes do ensino particular e cooperativo foram conquistando, mesmo desde antes de 25 de Abril de 1974, como seja o direito às diuturnidades/carreira.

Só a FENPROF não deu o seu acordo e mantém a posição de resistir e organizar a acção para que os direitos dos docentes e dos outros trabalhadores do ensino particular e cooperativo sejam respeitados, mantendo em aberto o processo negocial.

Por isso o CCT para o ano lectivo 2004/2005 publicado no BTE, 1ª Série, nº 33, de 8/09/2004 mantém-se em vigor o que torna ilegal a elaboração de horários dos docentes diferentes dos constantes no seu artigo 11º.

O restante horário dos docentes destina-se à realização de trabalho a nível individual como seja a preparação das aulas e avaliação do processo ensino-aprendizagem e é da competência dos docentes a sua gestão e escolha do local onde será prestado.

A melhoria da qualidade da educação exige que sejam dadas condições de trabalho aos docentes e por isso rejeitamos que o trabalho dos docentes na escola, seja realizado com alunos para além da componente lectiva. A componente não lectiva a realizar no estabelecimento deve integrar-se nas respectivas estruturas pedagógicas com o objectivo de organizar todo o trabalho de articulação com os outros docentes para assegurar uma elevada qualidade do trabalho a desenvolver com os alunos.

Estão em causa questões estruturantes da actividade docente - HORÁRIO DE TRABALHO; CARREIRA e AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO.

Assim, encontra-se neste momento em circulação um abaixo-assinado com o objectivo de rejeitar as propostas apresentadas pela AEEP, manifestar o apoio às propostas apresentadas pela FENPROF e apelar ao SINAPE e à FNE para não assinarem qualquer CCT que retire direitos e aumente os deveres dos trabalhadores do sector.

A acção de todos é determinante por isso assina e divulga o abaixo-assinado. ▀

## Docentes da Madeira enérgicos contra desvalorização profissional

Depressa os professores da Madeira se apercebem que não há “cantinhos do céu” no que toca ao ataque a direitos laborais e à desvalorização do trabalho docente.

A aplicação do diploma sobre a reorganização do horário docente, por exemplo, faz-se também na Madeira, embora as suas consequências sejam apenas mais visíveis a partir do próximo ano lectivo.

A resposta dos docentes conti-

nuará a ser enérgica perante o ataque que a profissão está a merecer dos actuais governos Nacional e Regional. No plenário sindical no dia 4 de Outubro, foi aprovada, por unanimidade, a moção intitulada “Por uma profissão respeitada, por um futuro melhor para a educação”, depois de abordada a actual situação político-sindical por dirigentes do SPM, e afirmada a disposição para encetar as formas de luta que o momento exige.

O Dia do Professor foi assinalado,



Plenário de 4 de Outubro, no Funchal: docentes concluem que preciso resistir em nome da Profissão e da Educação

muito a propósito, com uma conferência de Almerindo Janela Afonso, que defendeu um profissionalismo docente de resistência e emancipação. ▀

# Ensino Superior numa encruzilhada

■ João Cunha Serra (Coordenador do Departamento do Ensino Superior e da Investigação e membro do SN da FENPROF)

O Ensino Superior Politécnico atravessa um momento de grande instabilidade que radica nas suas origens e na indefinição a que tem sido votado por sucessivos governos que o viram sobretudo como uma forma de ensino superior mais barato para aqueles que não conseguiam aceder à Universidade.

Esta posição política foi responsável pelo estigma de desvalorização social do Ensino Politécnico, o qual, por sua vez, com a redução do número de candidatos ao ensino superior, com a introdução da nota mínima de 9,5 nas disciplinas específicas e com a persistência das elevadas taxas de insucesso e de abandono no ensino secundário, levou à redução do número de alunos colocados e à consequente crise que vem pôr em causa a própria sobrevivência de muitas das suas escolas.

Muitas instituições do Ensino Politécnico Público dizem-se postas perante o dilema de se "secundarizarem", isto é, de se dedicarem aos cursos pós-secundários (CET e aparentados) ou a cursos de recuperação de alunos para o ingresso no ensino superior; ou de se "universitarizarem", isto é, de se transformarem em unidades orgânicas de universidades, de preferência adquirindo estatuto universitário.

É compreensível que muitas Escolas do Politécnico queiram resistir à sua "secundarização". Afinal, tendo nascido e permanecido, até agora, por decisão política, numa grande ambiguidade – embora sendo do ensino superior viram ser-lhes vedadas importantes autonomias e competências, pedagógicas e científicas – custa-lhes a

aceitar aquilo que sentem como uma despromoção, depois de algumas terem almejado passar ao sistema universitário e de várias terem estado integradas no ensino médio, antes da criação do Politécnico.

Mas, compreendendo embora estes sentimentos, importa considerar acima de tudo o interesse público. Um país que tem um défice de formação da população activa tão grande e, simultaneamente, recursos financeiros tão parcos não pode deixar de ter bem presente o valor estratégico do ensino superior para recuperar daquele défice.

Deste ponto de vista, as capacidades instaladas nas nossas instituições de ensino superior, designadamente no que respeita a docentes qualificados ou altamente qualificados, terão que ser melhor geridas, mas nunca desperdiçadas, como vem ocorrendo, infelizmente, em muitas escolas, em que docentes com mestrado e até com doutoramento vão sendo lançados no desemprego (ainda hoje sem verem reconhecido o seu direito constitucional ao respectivo subsídio) pelo simples facto de serem mantidos longos anos com contratos precários e de as escolas precisarem de se conformar aos cortes orçamentais sucessivos que vão sofrendo.

## Responder às necessidades de desenvolvimento do país

É assim essencial que a rede de ensino superior, que se desenvolveu muito ao sabor de interesses locais e partidários, com a conivência de sucessivos governos, e que, na melhor das hipóteses, foi entregue à iniciativa das escolas, no que à criação de



É compreensível que muitas Escolas do Politécnico queiram resistir à sua "secundarização", observa João Cunha Serra

cursos diz respeito, seja urgentemente racionalizada no sentido de poder responder às necessidades de desenvolvimento do país.

Neste esforço, têm que ser chamadas a participar todas as instituições sejam elas universitárias ou politécnicas, através da cooperação interinstitucional e com a intervenção orientadora do Governo, tendendo para um sistema único, integrado e diversificado.

Não deve haver, nem nas Universidades, nem nos Politécnicos receio de "sujar as mãos" no pós-secundário, nem na aprendizagem ao longo da vida, pois tal é do máximo interesse nacional. Não é isto afinal um dos objectivos positivos de Bolonha? Não se entregaram muitas Universidades, com grande entusiasmo, aos cursos financiados pelo Fundo Social Europeu, no final dos anos oitenta?

O ponto é que, nem Universidades nem Politécnicos, deixem *secundarizar* as importantes missões tradicionais do ensino superior e que os docentes envolvidos naquelas actividades de formação sejam reconhecidos como docentes do ensino superior de pleno direito, envolvidos em actividades de investigação e inovação, igualmente fundamentais para a saída da crise que o país atravessa. ■



# 20 de Outubro 2005

# Sei que es

**20 de Outubro de 2005** foi um dia histórico na luta pela dignidade dos Professores e do conjunto dos trabalhadores da Administração Pública. Um protesto imenso, envolvendo cerca de 40.000 pessoas oriundas de todas as regiões do País e em representação dos diferentes serviços do Estado, atravessou Lisboa, e, do Marquês de Pombal ao Palácio de São Bento, mostrou aos governantes e aos outros políticos, aos deputados e à sociedade portuguesa que não aceitam de braços cruzados uma onda destruidora de direitos e um ataque sem paralelo às funções sociais do Estado. Ao longo do imenso desfile (que para os educadores e professores teve uma primeira concentração na zona das Picoas), os trabalhadores da Administração Pública sentiram a solidariedade activa da população e de trabalhadores de outros sectores. Quando a cabeça da manifestação chegou a São Bento, havia ainda pessoas no Marquês de Pombal. O cortejo estendia-se pela Rua Alexandre Herculano, Largo do Rato e Rua de São Bento, animado com diversas palavras de ordem, muitas bandeiras, pendões e painéis. Vários observadores, nomeadamente jornalistas confirmaram nos seus relatos que esta foi a maior das acções de protesto da Administração Pública até hoje realizada no País e também com a maior participação de docentes. Manuel Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP-IN; Paulo Sucena, secretário-geral da FENPROF; e Paulo Trindade, coordenador da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, dirigiram-se aos participantes na manifestação, junto à escadaria do Palácio de São Bento (*reportagem fotográfica: Jorge Caria*).



# Professores em luta, pá!





Os educadores e professores portugueses marcaram presença saliente na grande Manifestação Nacional da Administração Pública, de 20 de Outubro, em Lisboa, exigindo respeito pela profissão docente e pelos seus direitos profissionais, nomeadamente por condições de aposentação condignas e pelo direito à progressão na carreira.



A exigência de negociação das condições de trabalho dos docentes foi tema de algumas das palavras de ordem que se ouviram neste dia, lembrando o caos que o ME lançou nas escolas com o aumento unilateral dos horários de trabalho, com as substituições forçadas dos colegas em falta ou com a trapalhada que constituiu o prolongamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos. Estas medidas estão a provocar a degradação do perfil profissional dos docentes e das condições de funcionamento das escolas.



Os professores e educadores saberão continuar a dar, em unidade, uma resposta adequada a esta ofensiva do Governo e do Ministério da Educação contra a escola pública e contra os direitos dos profissionais que nela trabalham.



## Fórum Ibérico propõe luta por uma educação emancipadora

■ António Baldaia (Membro da Direcção do SPN e do Conselho Nacional da FENPROF)



Encontrar e articular formas de luta consequentes em defesa de uma educação pública de qualidade para todos e contra a mercantilização dos serviços públicos vinculados aos sistemas educativos, é uma das principais conclusões saídas do primeiro Fórum Social Ibérico pela Educação (FSIPE), que se realizou em Córdova entre 29 de Outubro e 1 de Novembro. A próxima edição terá lugar em Portugal, previsivelmente no próximo ano.

Sob o lema "Que educação para que sociedade?", o FSIPE decorreu sob a forma de conferências ("Educação e Globalização", "Educação e Cidadania Global", "Educação Pública

como Direito Universal"), debates temáticos e mesas-redondas – como complemento, ao longo dos quatro dias realizaram-se cerca de 100 seminários e workshops.

Na "Carta de Córdova", aprovada no fi-

nal do fórum pelos mais de 1.200 participantes, é denunciado o efeito dos currículos não inclusivos e exige-se que os governos de Espanha e Portugal se desvinculem do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços, nomeadamente no que se refere à privatização dos serviços públicos. Ancorado na Carta de Princípios do Fórum Social Mundial e do Fórum Mundial de Educação, o FSIPE configura uma preocupação contra-hegemónica e preconiza uma educação emancipadora como determinante para a reinterpretção da actual conjuntura, a favor da justiça social, da igualdade e da solidariedade.

Nesta perspectiva, a "Carta de Córdova" afirma:

- O direito universal a uma educação pública, gratuita, laica e da mais alta qualidade, que não se conforme com as desigualdades sociais; uma educação (formal e não formal) que se afirme contra todas as formas de exclusão e reflecta a singularidade individual e comunitária, considerada a diversidade de culturas, etnias, géneros e orientações sexuais; uma educação que evidencie o sentido da cidadania global como campo de luta pela justiça e pela paz;

- A promoção de uma escola pública que não seja lugar de aprendizagem da servidão, mas de promoção de sujeitos solidários, e que reabilite o direito ao inconformismo e à indignação;

- A necessidade de uma formação de agentes educativos que reconheça a sua influência determinante nas políticas educativas; uma formação que seja capaz de questionar a trivialidade e o determinismo natural das relações humanas baseadas na competição exacerbada e a violência simbólica e material que a educação feita mercadoria transporta consigo.

A educação é "uma ferramenta de liberdade e de progresso e um instrumento imprescindível para derrubar as barreiras da pobreza, da desigualdade e da exclusão social", salientou Rosa Aguilar (alcaidesa de Córdova) na sessão inaugural. Este foi, também, o espírito da Marcha pela Educação Pública, que reuniu mais de três mil pessoas – "educação pública, gratuita e laica" foi a palavra-de-ordem mais ouvida durante o desfile que percorreu as ruas de Córdova, até desaguar na belíssima Plaza de la Corredera. ■



# Situação e desafios do sistema educativo em Portugal

■ Mário Nogueira (Coordenador do SPRC e membro do Secretariado Nacional da FENPROF)

Portugal é um país original. Tem das mais elevadas taxas de analfabetismo da União Europeia; tem dos mais elevados índices de abandono escolar precoce; apresenta taxas de fracasso escolar também muito elevadas; tem uma população activa que sofre de graves problemas de iliteracia para além de baixas qualificações e deficiente formação profissional; mas, apesar de tudo isto, é um país com um número brutal de professores no desemprego: mais de 40 000! O número dos que se encontram no activo não atinge os 150 000, pelo que a taxa de desemprego se situa nos 20%.

**Q**uanto aos jovens, segundo os últimos dados conhecidos, a taxa de abandono escolar precoce em Portugal atinge os 39.4%, valor apenas superado por Malta com 45%. A média comunitária é inferior a 20%.

Na população adulta são menos de 50% os que têm o ensino secundário completo, sendo que 31% da população empregada não tem mais do que os 4 anos de escolaridade correspondentes ao 1º Ciclo do Ensino Básico (antigo ensino primário).

Com um curso de ensino superior temos 9% da população activa, enquanto que a



média comunitária é de 23%. O número de licenciados nos domínios científico e tecnológico é de 8.2 em cada mil habitantes.

Boa parte da nossa população, quase 10% de cerca de 10 milhões, é analfabeta.

E é perante este quadro pouco abonatório que se colocam a Portugal, aos portugueses e ao seu sistema educativo quase todos os reptos, pois há mesmo muito por fazer.

Referindo apenas alguns dos principais desafios, que, na globalidade são uma verdadeira odisseia, passo a designar:

- a obrigatoriedade de frequência da Educação Pré-Escolar para as crianças de 5 anos, ou seja, no ano anterior à sua entrada na escola;
- o reordenamento programado da rede escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico, uma profunda requalificação das escolas e a

introdução de alterações ao regime de trabalho docente com a criação de equipas educativas;

- uma verdadeira reorganização curricular para o ensino básico e a tomada de medidas positivas para que o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos seja uma realidade e não provoque ao aumento das taxas de abandono escolar;
- o aumento substancial da população jovem que frequenta o ensino superior;
- a promoção de medidas eficazes de combate ao abandono escolar e de promoção do sucesso escolar e educativo;
- um combate sério ao analfabetismo;
- uma grande aposta na formação profissional e na qualificação dos recursos humanos;
- uma aposta inequívoca na Escola Pública como a única capaz de responder

positivamente a todos estes desafios.

E pergunto, depois que enumerei alguns dos principais desafios que se nos colocam: pode um país como Portugal, com tanto por fazer em matéria de Educação, dispensar 40 000 professores, na sua maioria jovens altamente qualificados que se perdem pelas caixas dos supermercados ou pelos balcões dos centros comerciais onde escondem a sua formação para conseguirem um emprego precário e mal pago? Claro que não pode dispensar estes professores, é uma vergonha que aconteça e que sucessivos governos, onde se inclui o actual, tenham tomado medidas com o único intuito de reduzir o número de professores no sistema. A actual ministra da Educação gabava-se há dias em entrevista de ter este ano deixado de fora mais 7000 professores do que no ano passado. É lamentável esta satisfação da ministra!

Atribuem-se, por norma, à escola a origem dos problemas educativos, contudo, também em Portugal, na maioria, eles não são responsabilidade da escola, são essencialmente sociais que, naturalmente se reflectem na escola e aí se fazem sentir com extrema intensidade. Num país com grandes desequilíbrios e uma profunda injustiça social, não se pode considerar a escola como a mãe de todos os problemas ou quem, por si só, os resolverá, pois sendo ela também é vítima das políticas e dos políticos que não resolvem os mais graves problemas da sociedade portuguesa, principalmente os que afectam os trabalhadores e os grupos sociais mais desprotegidos.

### Bolsas de pobreza e exclusão

Senão vejamos, segundo dados recentes divulgados pela OCDE, UNESCO e OIT, dois milhões e trezentos mil portugueses (portanto, cerca de um quarto da nossa população) vive no limiar da pobreza. Mais de 200 000 portugueses passam fome diariamente. As consequências desta situação são muito visíveis nas crianças, com uma em cada seis, ou seja 15%, isto é cerca de 320 000 crianças a viver na pobreza. A um progressivo alargamento das bolsas de pobreza e de exclusão não é alheio o desemprego que atinge proporções muito



preocupantes, tendo aumentado mais de 60% nos últimos 4 anos, assim como os baixos salários e as baixas pensões de reforma: o salário mínimo nacional é de 374.70 euros e cerca de 1 100 000 reformados vive com uma pensão inferior a 300 euros.

É neste quadro que se torna urgente um efectivo combate à pobreza, a criação de condições de estabilidade laboral invertendo a actual situação de grande precariedade que atinge um significativo número de trabalhadores e a valorização real dos salários e das pensões de reforma.

Os objectivos sociais referidos só se tornarão viáveis se as políticas nacionais se orientarem para o combate aos grandes desequilíbrios sociais e económicos que temos, dado ser em Portugal que se encontra um dos maiores fossos da U.E. entre o grupo dos 10% mais ricos e o dos 10% mais pobres; um país onde a concentração de riqueza num pequeno grupo de famílias é cada vez maior e onde o capital financeiro alcança chorudos lucros que contrastam com a desvalorização dos salários dos trabalhadores por conta de outrem; um país com uma forte economia paralela onde a fraude e a fuga fiscal se dão bem e encontram até um *habitats* adequados. Dessa invulgar situação fiscal resultam graves prejuízos para o Estado, com o Governo, para compensar falhas nas receitas, a decidir cortes sucessivos na despesa, com forte impacto nos salários que se degradam e na qualidade dos serviços públicos que se perde.

A política do actual governo orienta-se num sentido que não resolve estes problemas, pelo contrário aprofunda-os com a tomada de medidas que anteriores governos



Mário Nogueira no FSIPE

de direita, por falta de sustentação e apoio político e social, não ousaram tomar.

No que respeita à escola, à qualidade da Educação e aos professores, o actual governo tem-se destacado por, em pouco mais de meio ano, mover um ataque desenfreado, quase selvagem, sem regras nem precedentes, aos professores.

### Desvalorização profissional

Os professores são tidos como alvos a abater e o seu estatuto de carreira e profissional, que levou anos a aprovar, tendo-o sido num contexto político muito desfavorável, com a direita no poder e com maioria absoluta, é diariamente vilipendiado, com os professores a verem abastardadas as suas funções, sendo ainda vítimas de campanhas ignóbeis junto da opinião pública com o intuito de denegrir a sua imagem social e profissional.

Atacados na sua profissionalidade,



sentindo estar em curso a liquidação de aspectos essenciais da função docente, desvalorizado o exercício da profissão docente, os professores reagem e lutam exigindo uma profissão valorizada, dignificada e respeitada. Abate-se sobre a classe docente o drama do desemprego, mas também os da instabilidade laboral e da desvalorização profissional, material e social.

Este ataque aos professores com a aprovação de medidas muito negativas, que criam graves focos de instabilidade, tem sido acompanhado por um autêntico bombardeamento público, com mensagens agressivas que contrariam todas as recomendações internacionais que referem a importância

de escola' um tempo precioso de vida, de aprendizagem e de experiência humana".

Também no ensino superior os tempos são de grande preocupação no que respeita à situação dos professores. Mais de 70% vive situações laborais precárias e o actual ministro da tutela pura e simplesmente ignora os problemas dos docentes e age como se tudo estivesse bem resolvido. Por isso nada faz, não se ouve, não se vê parecendo que o ensino superior está sem ministro.

Os professores são um bem precioso em Educação. É verdade que não há escola sem alunos, mas só há alunos se houver professores. Por isso, não existe escola sem

É preciso democratizar a escola; aumentar e, em muitos casos, criar condições para que as oportunidades sejam, de facto, semelhantes entre todos os alunos através da aprovação de mecanismos de discriminação positiva; definir uma rede escolar coerente em estreita colaboração com as comunidades educativas, redefinindo os territórios educativos e rejeitando soluções administrativas impostas pelo aparelho central do Ministério da Educação; há que descentralizar competências, não apenas responsabilidades, mas também condições, nomeadamente ao nível dos recursos; é necessário que as instâncias regionais da administração educativa se democratizem e sejam, também elas, níveis de participação e decisão. Por fim os municípios, estes não podem continuar a ser organismos a que se atribuem os ossos duros de roer, tendo de dar a cara por situações para as quais não têm condições de resposta efectiva.

Uma das principais lutas dos professores portugueses, sozinhos ou aliados a outros parceiros educativos, tem sido a defesa da Escola Democrática resistindo às inúmeras e muito fortes tentativas de entregar a gestão das escolas a gestores profissionais solução defendida por gente, como um ex-ministro da Educação que afirmava não ser possível ter professores a gerir professores porque o professor é para ensinar e o gestor é que é para gerir. Ora, os problemas da Educação não são técnicos, são essencialmente políticos e de política educativa. Neste domínio, a FENPROF tem assentado as suas posições sobre a direcção e gestão das escolas em três vectores essenciais: democraticidade; separação e colegialidade entre direcção e gestão; prevalência de critérios pedagógicos sobre critérios administrativos. Princípios que, aqui e ali distorcidos, se mantêm no essencial.

Mas no que respeita à democratização do Ensino há um aspecto que surge e ganha cada vez mais importância: a Acção Social Escolar devendo, através dela, estabelecerem-se regras de verdadeira discriminação positiva dos mais carenciados, pois as políticas de direita tendem a ignorá-la, tomando medidas de carácter pouco mais que assistencialista e caritativo.

É necessário que a rede de educação pré-escolar garanta a gratuidade já prevista na lei. No ensino básico é necessário garantir a efectiva gratuidade de frequência principalmente intervindo nos custos dos manuais escolares, que são muito



Abel Macedo e Paulo Sucena

das palavras de apoio e incentivo devidas aos professores. Como salienta Isabel Baptista, em artigo recente "Em Outubro de 2005, no dia concebido para festejar e aplaudir o seu trabalho, os professores portugueses foram obrigados a sair à rua para mostrar a sua indignação e o seu descontentamento. Os professores portugueses sentem a sua profissão em risco, socialmente desqualificada e ameaçada de proletarianização por decisões que, na verdade, ignoram a riqueza, a singularidade, a complexidade que fazem de cada "tempo

professores, não haverá ensino de qualidade sem professores bem formados, com situações laborais e profissionais estáveis, respeitados na sua dignidade profissional e motivados para que se empenhem o mais possível.

Mas a escola e o ensino em Portugal, a qualificação e a melhor formação dos portugueses, os exigentes desafios com que nos confrontamos em matéria de Educação não se esgotam na resolução dos problemas dos professores, apesar desse ser um aspecto importantíssimo. Há muito, mas muito mais para fazer.



Dirigentes sindicais portugueses (entre os quais António Avelãs) marcaram presença no Fórum de Córdova

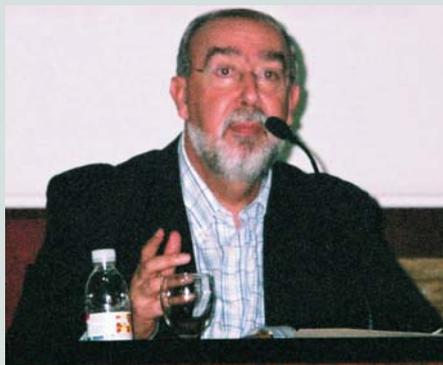


problemas que são causa maior das baixas qualificações da nossa população, realidade que tem graves e profundas consequências no desenvolvimento do país. Esta situação que continua a persistir no início deste milénio e mais de 30 anos após a Revolução de Abril, constitui um sério obstáculo à existência, em Portugal, de um modelo de desenvolvimento baseado em trabalho qualificado e bem remunerado.

elevados. Quanto ao ensino secundário é necessário contrariar o grande abandono que o transforma num nível de ensino cada vez mais elitizado com boa parte dos jovens, cerca de um terço, a abandonar a escola antes de o iniciar e a entrar precocemente no mercado de trabalho sem a formação e a qualificação adequadas. O ensino especial, apesar de se reger por leis progressistas, tem merecido sérios ataques degradando-se nas suas respostas. Finalmente, o ensino superior, cada vez mais dispendioso para as famílias, com propinas muito elevadas que subiram quase 200% nos últimos três anos, continua a ser reservado a uma faixa estreita e bem identificada de jovens.

Uma preocupação última para a FENPROF é a garantia que deve ser dada a toda a população de acesso a programas de educação e formação ao longo da vida, nomeadamente, dada a situação concreta do nosso país, ao designado ensino recorrente. Esta será uma via de superação de

O combate a todas as situações descritas não se faz com palavras ou com simples manifestações de intenções, mas com medidas concretas que obrigariam a um investimento significativo. Um investimento que não tem existido e que para 2006, já se conhecendo a proposta de Orçamento de Estado, continuará por fazer, até porque em Portugal continua por aprovar uma Lei de Financiamento da Educação, que seria muito importante.



É precisamente devido à falta de investimento que o governo tem vindo a aprovar medidas sem que estejam garantidas as condições indispensáveis, designadamente ao nível dos recursos, à sua plena e boa concretização.

E, assim, surgem as respostas sociais no 1º Ciclo do Ensino Básico à custa do trabalho acrescido dos professores; os programas de ensino de Inglês, e apenas Inglês, nos 3º e 4º anos de escolaridade e de alargamento do serviço de refeições no 1º Ciclo que se concretizam pela via da privatização nos casos que são lucrativos ou, então, entregues aos municípios quando obrigam a grandes despesas e a intervenção de cariz social.

Diz-se no nosso país que sem ovos não se fazem omeletas. Transferindo o dito popular para a Educação, direi que sem condições e recursos não se conseguem tomar as medidas adequadas e com a qualidade indispensável. É esse um dos maiores problemas do nosso país: o discurso demagógico dos governantes não responde às necessidades e carências que são inúmeras, podendo Portugal estar a pôr em causa o seu futuro com a política educativa de um governo que se afirma à esquerda, mas desenvolve políticas e toma decisões que nem a direita teve coragem de tomar.

No entanto, todos nós, professores, estudantes, funcionários não docentes, pais e, de uma forma geral, toda a sociedade portuguesa, saberemos trabalhar e lutar por uma melhor Educação, porque estamos certos que outra Educação é necessária para que efectivamente outro Mundo – socialmente justo e, assim, mais solidário – seja possível.

*"Para que se den los cambios indispensables, soñar es necesario, pero insuficiente; es preciso luchar para materializar el ideal transformador que nos debrá unir e para lo qual la escuela terá de contribuir!"* ■

**No próximo JF voltaremos ao Fórum de Córdova, dando particular atenção às comunicações de Paulo Sucena, Secretário Geral da FENPROF e de Sérgio Niza, do Movimento da Escola Moderna**

# CGTP-IN alerta para a necessidade de “recursos que sustentem políticas sociais avançadas”

■ José Paulo Oliveira (Jornalista)

Hoje, “há novos problemas e novas necessidades sociais, particularmente as que resultam do envelhecimento da população; existem carências e necessidades básicas por satisfazer; há um elevado fosso social entre os que ganham mais e os que ganham menos; permanecem fenómenos de pobreza e de exclusão. E, à escala comunitária, temos um dos mais elevados níveis de desigualdades”, destaca a CGTP-IN no documento em que sintetiza a sua política reivindicativa para 2006, tema abordado, entretanto, em conferências de imprensa e em diferentes iniciativas da Inter e do movimento sindical.

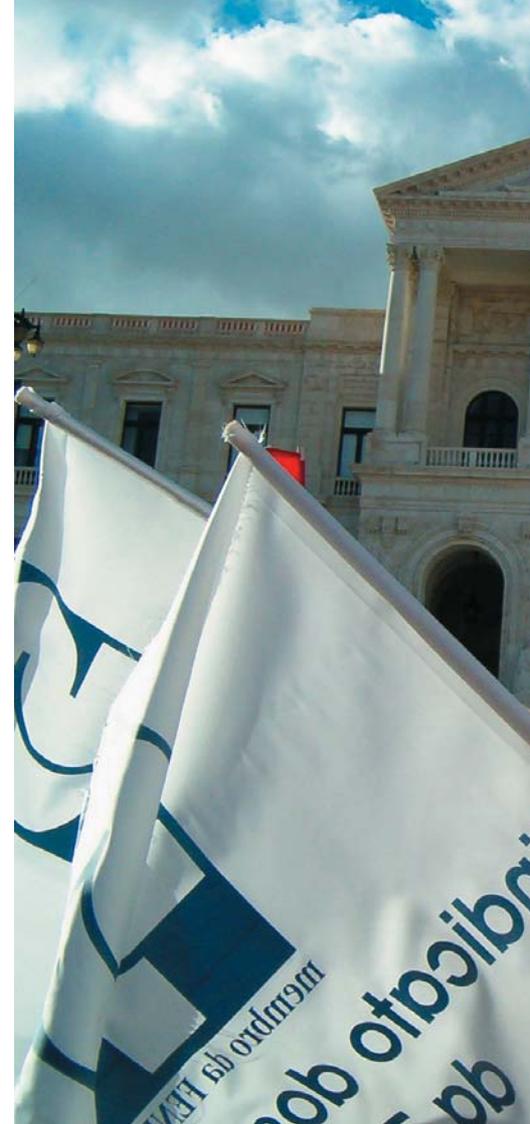
**É** pois necessário obter recursos que permitam financiar necessidades sociais reconhecidas, regista a Central, que observa mais adiante:

“A direita e os meios neoliberais são os principais porta-vozes do ataque à despesa pública. Visam sobretudo a função social do Estado, já que, simultaneamente, defendem o apoio do Estado às empresas e ao capital. É o “menos Estado” para uns (a maioria) e o “mais Estado” para outros (a minoria).”

Lembrando que “esta obtenção de recursos tem de ser equilibrada de modo a que, em regra, todos paguem impostos”, a Inter sublinha:

“O sistema fiscal é hoje profundamente injusto: apresenta um elevado peso dos impostos indirectos, sobre bens e serviços, em desfavor da tributação directa sobre o rendimento; faz recair o esforço contributivo essencialmente sobre os rendimentos dos assalariados enquanto os detentores de maior riqueza têm uma carga fiscal muito inferior; permite que perto de 90% das empresas não pague ou pague valores irrisórios de IRC, verificando-se o rotundo fracasso do regime simplificado de tributação; permite que sectores com elevadas rentabilidades, como a banca, tenham baixas taxas efectivas de IRC; não efectiva o englobamento dos rendimentos; apresenta elevados níveis de fuga e de fraude; tem distorções profundas devido a benefícios fiscais sem justificação económica ou social.”

Na avaliação da CGTP-IN, “as medidas tomadas pelos últimos Governos destinadas a combater o défice orçamental aumentaram ainda mais os desequilíbrios com o aumento do IVA e dos impostos especiais sobre o



consumo em detrimento de outros meios de obtenção de receitas, como o combate à fuga e à evasão, a redução dos benefícios fiscais, a tributação dos sinais exteriores de riqueza, o englobamento dos rendimentos, o fim do sigilo bancário, a redução de taxas nos descontos para a segurança social, a penalização das empresas que recorrem injustiçadamente às reformas antecipadas por via do subsídio de desemprego, etc.”

Para a Central, “uma reforma fiscal com esta finalidade é hoje ainda mais indispensável pois permitirá reduzir o IVA, já que os efeitos perversos da sua subida estão hoje à vista.”

## Prioridades

Os dirigentes da CGTP destacam a importância da intervenção sindical na luta por um



## NATAL 2005

Ao comprar cartões e produtos UNICEF está a contribuir para melhorar a vida de muitas crianças em todo o Mundo

<https://www.loja.unicef.pt/>

unicef 



**Numa apreciação ao Orçamento de Estado elaborado pelo Governo, a CGTP-IN reafirma que o problema do País não é a política orçamental, mas antes a incapacidade do Governo para definir influenciar e agir na concretização de uma estratégia de desenvolvimento. Nesse contexto é necessário definir prioridades, tendo em conta a difícil situação que o País atravessa, para depois atribuir recursos financeiros necessários para alcançar os objectivos previstos.**

sistema fiscal mais justo e chamaram a atenção para este conjunto de prioridades:

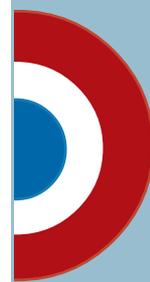
- Uma repartição mais equitativa do esforço fiscal, o que exige o englobamento dos rendimentos e reestruturação dos benefícios fiscais, incluindo o imposto sobre as mais valias; o alargamento da base tributária para obter maior receita;

- Um menor desequilíbrio entre os impostos sobre os lucros e sobre os outros rendimentos, reclamando-se a publicação dos indicadores de base técnica científica para o cálculo do lucro tributável para os vários sectores de actividade mais permeáveis à fraude e evasão fiscais e a aplicação

imediate dos métodos de tributação indiciária aos contribuintes individuais e empresas;

- O combate à evasão e a fraude fiscal, sendo que uma larga parte da economia (a economia paralela) permanece impunemente fora do sistema, o que, exige um plano de intervenção coerente e integrado, compreendendo o fim do sigilo bancário;

- A transparência fiscal de forma a determinar o contributo de cada grupo de contribuintes para o financiamento das despesas públicas, o que exige melhorias nas estatísticas fiscais e no acesso gratuito à informação por via da Internet.■



# no alvo

## O calendário de Sócrates e as regalias da classe política

Quando o Parlamento reabriu, a 15 de Setembro, Sócrates fez questão que a aprovação final da nova lei [alteração à lei das subvenções dos políticos] fosse votada de imediato, para afastar dúvidas e suspeições. E foi. Só que, em vez de seguir para promulgação em Belém, ficou a aboborar nos gabinetes do Parlamento e na secretária do socialista Osvaldo Castro. Só foi enviada a Jorge Sampaio a 4 de Outubro e contendo uma disposição que estipula que “a presente lei entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da sua publicação”. Ou seja, estava garantido que os autarcas reeleitos a 9 de Outubro podiam dormir descansados. A nova lei só teria efeitos a partir de 1 de Novembro. Os vinte dias que o Parlamento e o PS retiveram a lei, antes de a enviar para a Presidência, tinham sido cirurgicamente providenciais.

*José António Lima, Expresso, 26/10/2005*

No momento em que restringem privilégios a vários sectores do funcionalismo público, em que extinguem subsistemas de saúde mais favoráveis, em que aumentam a idade para efeito de reforma, em que congelam salários e progressões nas carreiras - nesse mesmo momento, José Sócrates e o PS permitem que as regalias e regimes especiais da classe política se prolonguem até 2009 e abranjam mais umas larguíssimas centenas de políticos no activo.

Com que cara e com que moralidade podem o primeiro-ministro, o PS e os deputados em geral (cúmplices nesta artimanha processual em proveito próprio) encarar os juizes e magistrados em greve? Ou exigir que a generalidade dos funcionários públicos compreenda as dificuldades e aceite os sacrifícios? Não sobrará, no meio de tudo isto, um mínimo de vergonha?

*idem*



# CGTP-IN analisa Orçamento de Estado 2006 para a Educação

## Graves dificuldades financeiras no Superior

Os cortes que se verificam nos orçamentos de funcionamento das instituições de ensino superior público vieram acentuar a situação de graves dificuldades financeiras por que passam muitas instituições, que tem levado ao despedimento de muitos docentes com contratos precários – sem que lhes seja reconhecido o seu direito ao subsídio de desemprego – e que vem dificultar muito o combate aos elevados níveis de abandono e de insucesso que se verificam no ensino superior.

**A**s palavras são da CGTP-IN (nota de imprensa divulgada no passado dia 3 de Novembro), mas a preocupação é comum a vários sectores e a diferentes personalidades ligadas à esfera educativa, nomeadamente ao Ensino Superior (ainda recentemente o reitor da

Universidade de Évora chamava a atenção para os dramáticos cortes anunciados para a instituição).

Segundo a Central, "são, ainda, muito preocupantes os artigos 16º (nº 1) e 20º da proposta de lei do Orçamento de Estado", uma vez que "não é aceitável que a contratação de docentes esteja sujeita a parecer do Ministério das Finanças quando a legislação já impõe um limite máximo para o número de docentes de cada instituição."

"Quanto à exigência do pagamento, por cada instituição, de 13% da massa salarial à Caixa Geral de Aposentações, tal representaria um corte adicional de cerca de 13% nos respectivos orçamentos de funcionamento – num número crescente de escolas o orçamentos já nem chegam para pagar todos os salários – situação que se tornaria insustentável e impossibilitaria que as instituições pudessem funcionar com uma qualidade mínima aceitável", alerta a Central.

### Orçamento igualmente recessivo para o ensino não superior

"Apesar do aumento nominal de 0,2%, que o Orçamento de Estado para 2006 atribui ao Ministério de Educação, relativamente ao ano anterior", haverá, realça a CGTP-IN, "uma diminuição real das verbas disponíveis" no próximo ano.

A Central lembra a propósito que cerca

de 82,5% das verbas "são destinados a despesas de pessoal, rubrica "beneficiada" pelas medidas do congelamento da progressão nas carreiras em 2006, pela diminuição do número de docentes no sistema, e pela previsão de aumentos salariais muito baixos, claramente inferiores à inflação expectável."

"Esta diminuição real das verbas para a Educação vai afectar as condições laborais de docentes e não docentes, nomeadamente continuando a impedir o acesso à carreira de numerosos professores contratados e vai inviabilizar medidas tão urgentes como a intervenção em escolas que funcionam em edifícios degradados", considera a Inter.

A CGTP-IN chama também a atenção para a realidade das escolas profissionais: "Este Orçamento agrava o financiamento e o futuro das escolas profissionais". E fica uma interrogação: como é que será possível passar à prática a tão propalada necessidade da "educação ao longo da vida"?

Destacando que devido à "diminuição real do orçamento para a Educação, as escolas públicas de Portugal continuarão a lutar com uma escassez crónica de meios, mesmo para as necessidades elementares do quotidiano", a CGTP-IN conclui:

"2006 não será certamente o ano do indispensável salto de qualidade que a escola portuguesa precisa para não acentuar os atrasos que reconhecidamente apresenta no contexto da União Europeia".



## Universidade de Évora: Reitor alerta para dificuldades financeiras

O reitor da Universidade de Évora, Manuel Ferreira Patrício (...) alertou para as dificuldades no próximo ano, devido à redução do orçamento da instituição. "Não vai ser um ano fácil para a universidade", disse.

"O decréscimo real da transferência do Orçamento do Estado será algo da ordem dos dois milhões de euros (cerca de 6,35 por cento)", afirmou Ferreira Patrício, alertando que, quanto ao PIDDAC, "o decréscimo será ainda maior, ficando reduzido a pouco mais de metade do recebido em 2005" (...)|Lusa, 2/11/2005



## JANELA ABERTA

■ Mário David Soares (Membro do Secretariado Nacional da FENPROF)

# Com as lutas dos outros podemos tirar lições para as nossas: o caso belga

**O**s meus amigos responsáveis pela edição do nosso JF chamaram-me à atenção para que esta coluna não se transformasse em mais um espaço de opinião, mas fosse antes um meio de ilustrar as lutas que por todo o mundo se levantam ou dos problemas, em especial da educação, com que os trabalhadores se confrontam. Têm os meus amigos toda a razão, ainda que fique com pena de não ter escrito nada sobre o significado ideológico do utilizador/pagador que há vários me atormenta, a mim que pago todos os impostos e que antes de ser utilizador sou pagador e que vinha prometendo nesta coluna há vários números.

E como estamos próximos de mais uma jornada de luta dos professores – a greve e manifestação de 18 de Novembro –, lembrei-me de escrever sobre as lutas que actualmente se desenvolvem na Bélgica a propósito das alterações ao regime de aposentação decididas pelo governo federal.

Vale a pena referir, antes do mais, a surpresa para alguém, como eu, habituado a ver nas nossas televisões o modo como se noticiam as lutas dos trabalhadores portugueses, a forma como são noticiadas as lutas dos trabalhadores belgas. Ao contrário de Portugal, que apresentam quase como selvagens as lutas dos trabalhadores portugueses e que dão voz, no fundamental, aqueles a



**”Ninguém se lembraria, na Bélgica, de definir «serviços mínimos» onde eles não existem”**

quem essas lutas podem eventualmente prejudicar, na Bélgica, as televisões noticiam as acções de uma forma praticamente neutra e ouvem, quase em exclusivo, o lado daqueles que estão a agir.

É, porventura, uma questão de cidadania e de uso e respeito pelos direitos individuais e colectivos. E esta não é uma questão menor pois ninguém se lembraria, na Bélgica, de definir «serviços mínimos» onde eles não existem nem os trabalhadores se deixariam intimidar por quaisquer ameaças que ofendessem os seus direitos.

**As nossas razões são menores?**

Mas vamos à luta dos trabalhadores belgas a propósito das alterações à lei sobre a aposentação. Actualmente a aposentação dos trabalhadores ocorre quando atingem

58 anos de idade e 30 de serviço e o governo decidiu unilateralmente aumentar de 58 para 60 anos a idade da reforma a partir de 2008 e de 30 para 35 anos de serviço a partir de 2012. Isto é, a partir de 2012 o regime de aposentação passará a ser 60 anos de idade e 35 de serviço.

Comparemos com os nossos 65 anos de idade e 40 de serviço e com os pontos de partida e de chegada de uns e outros... Perante esta atitude do governo belga, a FGTB (Federação Geral dos Trabalhadores Belgas) decidiu uma greve geral, realizada em 7 de Outubro, que paralisou o país e de que eu fui testemunha por, nessa altura, me encontrar em Bruxelas. Em 28 de Outubro, nova greve geral, convocada agora pelas duas centrais sindicais (FGTB e CSC), e que foi mais uma demonstração da determinação dos trabalhadores em combater esta política que penaliza sempre os mesmos.

Permito-me agora perguntar a todos os que lêem estas despretensiosas notas se as nossas razões são menores que as dos belgas. E se os nossos direitos podem ser menores que os deles. E se a nossa luta pode ser inferior.

Por isso, no próximo dia 18 de Novembro vamos dizer ao Governo e à ministra da educação que não nos calaremos, que saberemos defender os nossos direitos, que exerceremos por inteiro a nossa cidadania e, sobretudo, vamos exigir respeito pela nossa profissão. ■

## in [www.fenprof.pt](http://www.fenprof.pt)

"Vitor Constâncio, governador do Banco de Portugal, tem um vencimento superior ao do presidente da Reserva Federal norte-americana".

SIC, 4/11/2005



"O primeiro-ministro, José Sócrates, qualificou de "absolutamente demagógica e fantasista" a proposta da CGTP-IN de aumentar o salário mínimo para 500 euros no prazo de cinco anos."

Lusa, 5/11/2005

## "Protecção, Direitos e Bem-Estar da Criança e do Jovem"



O Instituto de Estudos da Criança e a Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco promovem o Curso de Formação - *Protecção, Direitos e Bem-Estar da Criança e do Jovem*, até **16 de Dezembro**, no Instituto de Estudos da Criança, da Universidade do Minho.

Este curso de formação visa aprofundar um conjunto de temas e problemáticas com que diariamente se confrontam os profissionais que trabalham tanto na perspectiva da prevenção como da avaliação e intervenção em situações de risco.

Mais informações: [www.iec.uminho.pt](http://www.iec.uminho.pt)



## II Conferência do Atlântico

"*Competitividade e sustentabilidade dos destinos turísticos*" é o tema central da II Conferência do Atlântico, a realizar no Funchal, de 24 a 27 de Novembro.

A Associação Insular de Geografia e as Universidades da Madeira e de Aveiro asseguram a organização da iniciativa, marcada para a sala panorâmica do Hotel Savoy.

Mais pormenores em [www.aigeografia.pt/atlantico.htm](http://www.aigeografia.pt/atlantico.htm)

## "A Matemática do outro lado do espelho"

1ª Exposição do Ciclo de Exposições Interactivas



Esta exposição, pensada para as crianças, sugere uma viagem ao país de Alice, do outro lado do espelho, deixando-se surpreender por aspectos inesperados das transformações geométricas e, até, admirar

a sensibilidade estética e sentido criador da Matemática. O desafio é explorar a riqueza simétrica contida em registos visuais, ilustrações recriadas para as aventuras de Alice, e fazer as suas descobertas em situação de experiência. Uma maneira diferente de praticar a compreensão visual e a sua fantasia...

Esta exposição interactiva pode ser visitada até ao dia **20 de Dezembro**, na sala C.2.18 do CIFOP, todos os dias úteis, das **10h00 às 12h00** e das **14h00 às 16h00**.

De referir que a visita de grupos grandes é sujeita a marcação prévia, a qual poderá ser efectuada através do Tel.: 234 372 431 ou E-mail: [exposicaointeractiva@dte.ua.pt](mailto:exposicaointeractiva@dte.ua.pt)



INTERNACIONAL

## França

### Greve na Universidade de Rouen

Desde o início de Setembro que os estudantes, os professores e os pessoal não docente estão em greve para exigir o pagamento de horas extraordinárias e para existir um plano de criação de lugares de quadro de docentes em falta.

Mais de 500 pessoas (estudantes, professores e pessoal não docentes estiveram presentes numa Assembleia Geral que decidiu reconduzir a greve e de convocar uma Assembleia Geral devido à falta de resposta por parte da Universidade e sobretudo do Ministro da Educação Gilles de Robien. Os estudantes da Federação dos sindicatos SUD-Etudiants e a própria Federação SUD-Education apoiaram essa luta e apelam ao investimento financeiro do Estado na educação.

## Itália

### Milhares de estudantes contra reforma do Ensino Superior

Várias dezenas de milhar de estudantes de toda a Itália manifestaram-se em Roma, no passado dia 25 de Outubro, contra um projecto de lei que vem reformar o ensino superior e que altera o estatuto jurídico dos professores universitários.

A marcha, onde terão participado cerca de 50 mil pessoas, atravessou a capital italiana antes de parar em frente ao edifício da Câmara dos Deputados.

"As forças de ordem estavam mobilizadas para bloquear os principais acessos ao Palazzo Montecitorio, sede da Câmara dos Deputados, mas algumas centenas de estudantes conseguiram furar as barreiras", sublinhava a Agência France Press. Vindos de Nápoles, Turim, Pisa ou Florença, os manifestantes criticaram o Governo por "institucionalizar a precariedade no mundo da investigação", ao instaurar, por exemplo, contratos a prazo nas universidades.





# Iniciativas do Serviço Educativo do Teatro Viriato em Viseu

O Serviço Educativo do Teatro Viriato encerra a programação de 2005 com uma *Caixa* especial: para guardar o vazio. Trata-se de um projecto da autoria da artista plástica Fernanda Fragateiro. Uma caixa que é uma escultura para ser explorada com o corpo e por todos os sentidos, potenciando o cruzamento entre expressão plástica e expressões performativas.

Concebida para crianças dos 6 aos 12



anos, esta escultura suscita múltiplas abordagens, que vão também de encontro a matérias curriculares: desde os sólidos geométricos, perímetros e ângulos, na matemática, aos conceitos de escala, volume e espaço, na educação visual.

Depois de Anjos e Piruetas, que decorreu entre Janeiro e Junho deste ano, a parceria entre o Teatro Viriato e o Museu Grão Vasco

revela-se, neste quadrimestre, através de Chá dançante com S. Pedro. O principal objectivo deste projecto é proporcionar, desta vez a crianças dos 3 aos 5 anos, um primeiro contacto com as obras de arte, através da expressão corporal.

As escolas do 3º ciclo do ensino básico e secundário são de novo convidadas a acolher o ateliê Experimenta-te, que, ao longo do último ano, tem sensibilizado para as linguagens do teatro alunos de escolas de todo o distrito.

Entre Outubro e Dezembro, o Teatro apresenta ainda vários espectáculos, para diferentes faixas etárias, que pretendem propiciar experiências de reflexão, descoberta e lazer.

**Transporte:** O Teatro Viriato, com o apoio mecenático da empresa de transportes União Autocarros (Viseu), disponibiliza, por um valor simbólico acrescido ao bilhete de acesso às actividades pedagógicas, autocarros para trazer ao teatro crianças e jovens das escolas mais distantes. Este serviço é prestado mediante marcação prévia.

O público carenciado e instituições de solidariedade social beneficiam de bilhetes subsidiados, graças aos donativos dos Amigos do Teatro Viriato.

No caso de grupos escolares, por cada 10 alunos, um adulto tem direito a bilhete gratuito.

**Visita-Jogo/Ateliê:** Chá Dançante com



S. Pedro.

**Orientação:** Ana Varela

Até 15 de Dezembro

Todas as quintas-feiras | 10h e 14h

**MUSEU GRÃO VASCO**

3 aos 5 anos | 1h15 min. | 2,5 Euros | 15 participantes.

Por entre bules e chaleiras de prata, descobrimos no Museu uma história, que é uma viagem, que é um jogo, que é um ritual.

Era uma vez um arbusto selvagem e uma taça de água a ferver. O vento soltou uma folha que caiu na água e a transformou num líquido dourado. Quase mágico.

**Que som tem o chá? THAY - CHA - TAY.** Ouve a música e canta. Alto e, depois, muito baixinho: thay-cha-tay. Faz de conta. Cheira, sente, prova e partilha. Com a imaginação. E com um amigo. Vamos dançar com S. Pedro? ■



## "Levar a Casa da Música às escolas"

Assinalando o início das acções da Direcção de Educação e Investigação

(DEI) da Casa da Música (CM) no exterior, a instituição portuense apresentou, em Vila das Aves, o projecto "O rio Douro cruzando várias artes".

"A ideia é levar a CM às escolas e servir de motor para um trabalho a que os próprios estabelecimentos de ensino poderão dar continuidade", afirma Maria João Araújo, responsável pela DEI.

O projecto envolveu professores e 50 alunos da Escola da Ponte de Vila Nova das Aves, em Santo Tirso, que, ao longo de "cinco dias muito intensos de trabalho, desenvolveram capacidades cognitivas e criativas e competências musicais de forma extremamente rápida", continua a responsável.

Orientados por monitores especializados da CM, as crianças, com idades compreendidas entre os seis e os dez anos, frequentaram diversas sessões pedagógicas e de animação,

abordando disciplinas artísticas como a literatura, a interpretação, a expressão plástica e o design, considerando o rio Douro como ponto de partida do processo de aprendizagem.

O resultado é uma espécie de teatro musical, onde os alunos se responsabilizaram pela criação de guião, figurinos, textos, música, cenários e interpretação dramática e musical.

"O rio Douro cruzando várias artes" será apresentado a outras escolas do distrito do Porto, na sexta-feira, assumindo-se como alavanca de projectos semelhantes que serão futuramente desenvolvidos pela CM noutros estabelecimentos de ensino. No ano em que se celebra o 250.º aniversário do nascimento de Wolfgang Mozart, a DEI propõe aos estudantes de música a integração no coro que acompanhará o Christ Church Choir de Oxford e a Orquestra Nacional do Porto numa actuações agendada para Julho de 2006 e onde será interpretada a "Missa da Coroação".

Previsto para Maio do próximo ano, está a interpretação de "O lobo Diogo e o mosquito Valentim", de Eurico Carrapatoso, uma cantata que conta com a formação especial de um coro infantil. Os ensaios começam já no próximo mês. JN, 23/10/2005 ■

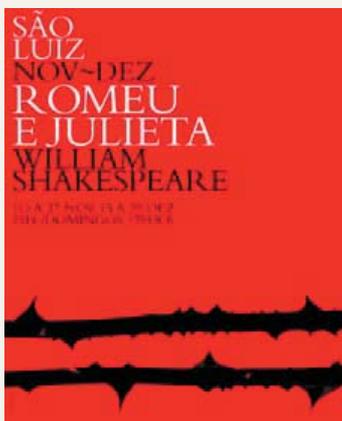
Adaptada ao séc. XX

## Tragédia de Romeu e Julieta no S. Luiz

A tragédia amorosa de Romeu e Julieta, imortalizada pelo escritor britânico William Shakespeare, sobe ao palco do Teatro São Luiz, em Lisboa, em Novembro, adaptada aos tempos modernos pelo encenador John Retallack.

Este novo espectáculo, um projecto de Valerie Braddell e das Produções Teatrais Próspero numa co-produção com o Teatro Municipal São Luiz, estará em cena até dia 18 de Dezembro.

Do elenco fazem parte Marco D'Almeida (Romeu), Carla Chambel (Julieta), Diogo Infante, João Lagarto, André Gago, Valerie Braddell, Albano Gerónimo, Custódia Gallego, Gonçalo Waddington, Pedro Caeiro e Rogério Vieira.



Nesta encenação de John Retallack, Romeu e Julieta são colocados na época da viragem do século XIX para o século XX, onde é óbvio que ninguém se preocupa com eles, pois as famílias - os Montéquios e os Capuletos - são rivais e só estão interessados em manter as aparências e a sua posição social.

O encenador desloca o lugar da acção para Lisboa, para um imaginário Café

Capuleto, onde se cruzam histórias de defesa da honra, com duelos de espadas e armas de fogo.

Neste espectáculo, o casal Capuleto, pais de Julieta, representa as personagens "menos espirituosas e mais avarentas da peça", segundo

John Retallack, que os descreve ainda como "verdadeiramente depravados", colocando a sua ambição acima de tudo.

A jovem recusa-se a aceitar um casamento combinado pelos pais, e luta pelo seu amor por Romeu, preferindo a morte a casar com Paris.

A música original é da autoria de João Gil, os figurinos são de Mariana Sá Nogueira, a cenografia e a direcção técnica estão a cargo de Hernâni Saúde.

John Retallack fundou a Actors Touring Company em 1977, na Grã-Bretanha, onde foi director artístico até 1985, dirigiu a Oxford Stage Company até 1999, passando depois a trabalhar com a National Theatre International Connections.

Em 2001 criou uma companhia nova - a Company of Angels - onde produz trabalhos experimentais dirigidos ao público jovem. Até hoje encenou dez espectáculos com base em textos de William Shakespeare. |Lusa, 27/10/05

### Artes Gráficas

## Pedro Calapez galardoado em Espanha



O artista português Pedro Calapez foi galardoado com o Prémio Nacional de Arte Gráfica 2005 em Espanha, em reconhecimento pelo seu "peculiar processo de trabalho", que envolve o uso de lápis ópticos em fotografias paisagísticas ou detalhes arquitectónicos.

"Imagens que nem sempre tem como objectivo chegar a qualquer suporte

físico, ainda que em algumas alturas apareçam como obra gráfica seriada", explicou o júri.

Nascido em Lisboa em 1953, onde vive e trabalha, Calapez foi reconhecido na edição deste anos dos Prémios, atribuídos pela Calcografia Nacional da Real Académica de Belas Artes espanhola, conjuntamente com Joan Hernández Pijuan, de Barcelona e Dário Urzay, de Bilbao.

Calapez foi escolhido por um júri que avaliou dezenas de candidaturas de artistas que trabalhem em todos os processos de geração de imagens múltiplas: litografia, serigrafia ou técnicas digitais, por exemplo.

O artista português realizou já dezenas de exposições individuais e colectivas tanto em Portugal como no estrangeiro, tendo recebido, entre outros, o Prémio União Latina (1990), o Prémio de Desenho da Fundação Pilar e Joan Miro (1995), o Prémio "Ciutat de Palma" (1999) e o Prémio EDP-ARTE (2001). Joan Hernández Pijuan recebeu o prémio pela sua "dedicação contínua às artes gráficas nas suas diferentes modalidades, bem como no ensino e difusão" dos processos existentes, enquanto Dário Urzay foi reconhecido pela sua recente actividade incluindo criações para vestuário desportivo "que representam a ruptura dos padrões convencionais de consumo da imagem gráfica".

Entre 10 e 15 obras de cada um dos três artistas premiados serão agora seleccionadas par uma mostra que se espera seja inaugurada em Janeiro de 2006 na Real Academia de Belas Artes de São Fernando. ■

### Fotografia

## Ateliers de artistas: exposição na Arpad Szenes-Vieira da Silva

Até 8 de Janeiro próximo pode ser visitada em Lisboa uma interessante exposição com 32 fotografias de diversos artistas (Picasso, Calder, Braque ou o casal Arpad Szenes e Vieira da Silva) nos seus ambientes de trabalho, pela objectiva do alemão Willy Maywald, nascido em 1907, em Kleve, na Alemanha.

O certame está patente na Fundação Arpad Szenes - Vieira da Silva, na Pç. das Amoreiras, 56, de segunda-feira a sábado das 11h00 às 19h00 e aos domingos das 10h00 às 18h00.

Willy Maywald iniciou a sua carreira em 1932, em Paris. Depois de abrir o seu próprio estúdio em Montparnasse, em 1934, especializando-se em retratos, reportagens e fotografia de moda, Maywald retirou-se durante a II Guerra para só em 1947 reaparecer com uma campanha para a "Christian Dior".

As fotos em exibição na Fundação Arpad Szenes - Vieira da Silva pertencem à colecção do autor (falecido em 1985) e revelam o interior dos ateliers de toda uma geração de destacados artistas, a maioria amigos do fotógrafo, como Picasso, Chagall, Braque, Miró, Arp, Calder, Léger ou o já referido casal Szenes-Vieira da Silva.

Mais informações pelo telefone 213880039. Preços especiais para estudantes, reformados e professores. ■



Arpad Szenes e Vieira da Silva

## “O Tio Vânia”, de Tchekov, no Carlos Alberto

**O** Teatro Carlos Alberto (TeCA) apresenta o clássico “O Tio Vânia”, de Tchekov, com encenação de Nuno Carinhas.

Este trabalho, que é o resultado de uma co-produção entre o TNSJ e as companhias Assédio e Ensemble - Sociedade de Actores, estará em cena até 4 de Dezembro.

A peça “O Tio Vânia” é o resultado da refundição de um trabalho anterior, “O Demónio da Floresta”, tendo sido escrito provavelmente em 1890 (depois de Tchekov ter concluído “A Gaivota”, mas ainda antes de a estrear).

Essa refundição resultou na diminuição do número de personagens e em importantes



“Tio Vânia” Tchekov mergulha nos problemas complexos da existência social, aparentados com os que o dramaturgo russo abordou na peça

mudanças noutras, de que resultaram diferenças fundamentais de conteúdo, de tal modo que o próprio autor sempre sustentou tratarem-se de duas peças distintas e independentes.

Enquanto a tese fundamental de “O Demónio da Floresta” sustenta que o mundo se perderá pela

hostilidade entre os homens bons, em “O

“Ivánov” e em vários dos seus contos dos anos noventa do século XIX.

No elenco desta produção estão Alexandra Gabriel (Sónia), Emília Silvestre (Helena), Isabel Alves Costa (Maria Vassilievna), João Cardoso (Tio Vânia) João Pedro Vaz (Dr. Astrov), Jorge Mota (Ília Ilitch Teleguin), Jorge Pinto (Prof. Serebriakov), Paulo Freixinho (Empregado) e Rosa Quiroga (Marina).

Esta produção marca o regresso aos palcos de Isabel Alves Costa como actriz, depois de uma ausência de 20 anos em que esteve dedicada à gestão cultural.

A realizadora Margarida Cardoso, que se estreou muito recentemente nas longas-metragens de ficção com “A Costa dos Murmúrios” (2004), acompanhou todas as fases de criação e montagem deste espectáculo, tendo em vista a realização de um documentário. | **Lusa, 1/11/05** ■

### Artes plásticas

## Serralves mostra pintura na Figueira da Foz e desenhos em Guimarães

A Fundação de Serralves anunciou a apresentação na cidade da Figueira da Foz, até 16 de Janeiro, da exposição “O Plano Atravessado”, que mostra trabalhos consagrados de artistas portugueses e estrangeiros. Em comunicado, a Fundação refere que os trabalhos deste certame, patente no Centro de Artes e Espectáculos da Figueira, integram a colecção de Serralves e colecções privadas e institucionais em depósito na instituição.

A exposição, acrescenta, “traça um percurso, artista a artista, no qual o espectador é convidado a descobrir as novas soluções apontadas e percursos traçados”.

Fernando Lanhas, Eduardo Nery, Helena Almeida, Ângelo de Sousa ou Júlio Pomar são alguns dos artistas que estarão representados nesta exposição, que marca as décadas 60 e 70 da pintura portuguesa.

“Da Escrita à Figura – Desenhos da Colecção da Fundação de Serralves” é a exposição que esta entidade leva a Guimarães, ao novo Centro Cultural de Vila Flor, até 5 de Dezembro.

“Os trabalhos reunidos nesta mostra exemplificam diversas atitudes singulares em relação ao desenho por parte de artistas que o utilizam, seja como um suporte de provocação de códigos de comunicação visual como a escrita ou a representação matemática (Ó), seja ainda como experimentação de possibilidades da forma e da ocupação do espaço”, refere Serralves.

Guimarães recebe obras de artistas como Mirta Dermisache, Ana Hatherly, Jorge Pinheiro, António Sena, Sigmar Polke, Paul Thek, Dieter Roth, José Pedro Croft e Rui Sanches, entre outros. | **Lusa, 7/09/2005** ■

O pintor Júlio Pomar



### Teatro para crianças

## TIL apresenta “Camões, Príncipe dos Poetas”



O TIL – Teatro Infantil de Lisboa apresenta “Camões, Príncipe dos Poetas”, no Teatro Armando Cortez – Casa do Artista, Estrada da Pontinha, nº. 7, em Lisboa.

Sessões de quarta a sexta-feira (escolas e grupos organizados), às 10h30 e 15h00 (marcações: Carla Almeida – 21 8860503) e sábados e domingos – 15h00 (marcações: Sara Jerónimo – 21 7154057)

Em cena até Abril de 2006 para público em geral e até Junho de 2006 para escolas e grupos organizados.

Bilhetes a partir de 6,00 euros, à venda no Teatro Armando Cortez (bilheteira – TIL)–21 7154057, Lojas FNAC, www.ticketline.pt – Reserva 21 0036300, www.plateia.pt e Agência de Alvalade.

Espectáculo para crianças a partir dos 4 anos.

Mais informações: 21 8860503 e www.til-tl.com ■